

U

LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

‘Vila Alcântara’

Coabitação no Coração de Lisboa

Jacinto Villalobos Sat
(Licenciado)

Projeto Elaborado para a Obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura

Orientação Científica

Professor Doutor Miguel Baptista Bastos
Professor Doutor Jorge Firmino Nunes

Júri

Professora Doutora Margarida Louro
Professora Doutora Ana Marta Feliciano

Documento **Definitivo**

Lisboa, FA ULisboa, Outubro de 2021 (29/10/2021)

'Vila Alcântara'
Coabitação no Coração de Lisboa

Jacinto Villalobos Sat

Lisboa, FA ULisboa, Outubro de 2021

Resumo

A questão da coabitação, nos termos em que se coloca hoje em dia, deve ser abordada sob o ponto de vista da sua história bem como das alterações sociais, ambientais e económicas que, somadas, sugerem uma revisão das tipologias da habitação tradicional. Neste trabalho conjugam-se função e forma do habitar coletivo para argumentar que uma comunidade de coabitação em Lisboa só será possível se a esta perspetiva se juntarem as ideias preconizadas pelo Regionalismo Crítico.

Abstract

The question of ‘cohousing’, as it is understood nowadays, must be seen through its history as well as through the social, economic and environmental changes that, combined, suggest a revision of the traditional housing typologies. In this paper, function and form of collective living unite to argue that a cohousing community in Lisbon can only be sustained if to this socio-historical perspective we add the ideas proposed by Critical Regionalism.

Agradecimentos

À minha família e amigos, que tanto me amam e apoiam.
Que saibam que estou aqui para o que vier.

Índice de Imagens

Figura 1 <i>Ilustração do Falanstério de Fourier</i> . Retirado de ullstein bild, Granger, Nova Iorque.....	8
Figura 2: <i>Foto de um espectáculo numa das naves do Familistério</i> . Retirado de archiv-zhdk, Zurich University of Arts.	10
Figura 3: Hans Scharoun, <i>Hostel em Breslávia</i> , Plantas e Corte, Polónia, 1929. Retirado de <i>A History of Collective Living</i> , Susanne Schmid.	13
Figura 4: PLP Architecture, <i>The Collective Old Oak</i> , Plantas e Cortes, Londres, 2016. Retirado de <i>A History of Collective Living</i> , Susanne Schmid	16
Figura 5: <i>Interior de uma das células de habitação do Old Oak</i> . Retirado de https://assemblepapers.com.au/2019/05/20/redesigning-renting-housing-as-a-service/ . Acedido a 8 de Setembro de 2021.	20
Figura 6: <i>Uma sala de Co-Working do Old Oak</i> . Retirado de https://assemblepapers.com.au/2019/05/20/redesigning-renting-housing-as-a-service/ . Acedido a 8 de Setembro de 2021.	21
Figura 7: <i>Encontro de moradores no bairro cooperativo wehr als wohnen em Zurique</i> . Fotografia da Cooperativa Wehr als Wohnen. Retirado de https://assemblepapers.com.au/2019/11/20/lived-solidarity-housing-co-operatives/ . Acedido a 8 de Setembro de 2021.	24
Figura 8: Muller Sigrist Architekten, <i>Genossenschaft Kalkbreite</i> , Zurique, 2014. Fotografias de Martin Stollenwerk e Michael Egloff. Retirado de https://www.archdaily.com/903384/kalkbreite-muller-sigrist-architekten . Acedido a 8 de Setembro de 2021.	28
Figura 9: <i>Planta do 4º Piso do Edifício Kalkbreite</i> , desenho de Muller Sigrist Architekten. Retirado de https://www.archdaily.com/903384/kalkbreite-muller-sigrist-architekten . Acedido a 8 de Setembro de 2021.	30
Figura 10: Muller Sigrist Architekten, <i>Interior de um dos apartamentos do Edifício Kalkbreite</i> . Fotografias de Martin Stollenwerk e Michael Egloff. Retirado de https://www.archdaily.com/903384/kalkbreite-muller-sigrist-architekten . Acedido a 8 de Setembro de 2021.	31
Figura 11: Giancarlo De Carlo, <i>Proposta de Urbanização para a Ilha de Mazzorbo</i> , Veneza, 1980. Retirado de <i>Tra Acqua e Aria</i> , Giancarlo De Carlo.	39
Figura 12: <i>Pespetivas da obra de De Carlo em Mazzorbo</i> . Retirado de <i>Tra Acqua e Aria</i> , Giancarlo De Carlo.	40
Figura 13: <i>Detalhe das Chaminés Venezianas e da sua presença real e simbólica na proposta de De Carlo</i> . Retirado de <i>Tra Acqua e Aria</i> , Giancarlo De Carlo.	43
Figura 14: Cino Zucchi, <i>Proposta Urbana para o Campo Junghans</i> , Veneza, 1996-1997.	45
Figura 15: Cino Zuchi, <i>Edifício D</i> , Veneza, 1997-2003. Retirado de http://www.zucchiarchitetti.com/projects/residential/er006/ . Acedido a 8 de Setembro de 2021.	46
Figura 16: Cino Zucchi, <i>Edifício E1</i> , Veneza, 1999-2002. Foto de Studio Orch. Retirado de http://www.zucchiarchitetti.com/projects/residential/er009/ . Acedido a 8 de Setembro de 2021.	48
Figura 17: Leonel Vieira, <i>Um típico arraial lisboeta no filme O Pátio das Cantigas</i> , 2015.	53
Figura 18: <i>Vila Rodrigues na Graça</i> , Lisboa. Foto do Autor.	55
Figura 19: <i>Planta do Bairro Clemente em Algés</i> , Lisboa. Retirado de <i>Prédios e Vilas de Lisboa</i> de Nuno Teotónio Pereira e Irene Buarque.	57
Figura 20. <i>Vista do Terreno com o Hospital CUF Tejo no fundo</i> . Foto do Autor.	62

Figura 21: Município de Lisboa, <i>Plano Diretor Municipal, Planta de Ordenamento – Qualificação do Espaço Urbano, 2020</i>	64
Figura 22: Município de Lisboa, <i>Uma Página do Plano Diretor de Lisboa</i> , Retirado de Diário da República	66
Figura 23: <i>Esquissos de averiguação de implantação</i> . Elaborado pelo Autor	70
Figura 24: <i>Imagem de processo do espaço canal da Vila Alcântara</i> . Elaborado pelo Autor	71
Figura 25: <i>Vista aérea do conjunto habitacional da Vila Alcântara</i> . Elaborado pelo Autor	73
Figura 26: <i>Corte longitudinal por um dos cluster apartments da Vila Alcântara</i> . Elaborado pelo Autor	75
Figura 27: <i>Perspetiva da sala de jantar comum</i> . Elaborado pelo autor.	76
Figura 28: <i>Perspetiva da entrada da Vila Alcântara</i> . Elaborado pelo Autor	81

Índice

RESUMO	I
ABSTRACT	III
AGRADECIMENTOS	V
ÍNDICE DE IMAGENS	VII
ÍNDICE	XI
INTRODUÇÃO	1
FUNÇÃO	5
O QUE É A COABITAÇÃO? GÉNESE E DEFINIÇÃO	5
UMA BREVE HISTÓRIA DA COABITAÇÃO	6
ATUALIDADE	15
A COABITAÇÃO COMO ALTERNATIVA ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL	17
COABITAÇÃO POR RAZÕES ECONÓMICAS	18
COABITAÇÃO POR RAZÕES AMBIENTAIS.....	22
COABITAÇÃO POR RAZÕES SOCIAIS	23
ESTADO DA ARTE: AS EXPERIÊNCIAS NA EUROPA GERMÂNICA DA ÚLTIMA DÉCADA	26
O KALKBREITE	26
FORMA	35
REGIONALISMO CRÍTICO: ESCOLHA OU FATALIDADE?	35
EXPRESSÕES DO REGIONALISMO CRÍTICO: A VENEZA DE ZUCCHI E DE DE CARLO	38
GIANCARLO DE CARLO E MAZZORBO.....	38
CINO ZUCCHI E A JUDECA	44
VILAS OPERÁRIAS DE LISBOA: A COMUNIDADE ATRAVÉS DA ARQUITETURA ..	52
CORRENTEZAS E VILAS CONFORMANDO RUAS	54
VILAS CONFORMANDO PÁTIOS	54
VILAS QUE CONFIGURAM NOVAS ZONAS DA CIDADE	56
VILA ALCÂNTARA: COABITAÇÃO NO CORAÇÃO DE LISBOA	61

O LUGAR	61
.....	62
PROGRAMA.....	63
ARQUITETURA.....	69
MATERIALIDADE.....	78
.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
BIBLIOGRAFIA.....	85
ANEXO	87

Introdução

A arquitetura de hoje parece finalmente ser tomada de assalto pela consciência autoflagelante de que o lugar do ser humano na terra já não é tão evidente como foi outrora. Nos últimos anos, quando confrontados com questões como as alterações climáticas, os excessos da sociedade de consumo ou os desequilíbrios gerados pela acumulação de riqueza, começámos a questionar-nos, como espécie, sobre a nossa forma de atuação num planeta que nos dá tudo o que necessitamos e ao qual pouco ou nada retribuímos. Se vivemos com todo o conforto material proporcionado pelos elevados patamares da tecnologia, da medicina, da biologia e da mobilidade tal é feito a expensas de um planeta e de uma sociedade desgastada pelo ritmo frenético do nosso quotidiano e dos nossos excessos. Urge, por isso, a proposta de soluções em todos os campos de investigação e atuação para os desafios dos nossos tempos.

Os últimos meses, marcados pela pandemia de Covid-19, têm sido um claro exemplo disso. Na viragem para a terceira década do século XXI somos confrontados com a dura realidade da globalização quando, por azar, descuido ou incompetência somos levados a abdicar do valor inflacionado do sistema que tão orgulhosamente construímos para tentar conter uma pandemia que se disseminou exponencialmente devido às suas fragilidades mais evidentes.

Esta clássica contradição do progresso técnico *versus* progresso ético encontra-se, inclusive, registada nas palavras de Lewis Mumford quando com algum humor afirma, em *Técnica e Civilização* que “na ausência de boa vontade e de uma inteligência social cooperativa, as mais refinadas técnicas não trazem mais benefícios para a sociedade do que uma lâmpada elétrica a um macaco no meio da selva”.¹

Por esse motivo cabe-nos, em conjunto, repensar o valor social que consagramos como digno e colocar os inesgotáveis recursos do engenho humano ao serviço do bem comum.

Este projeto de final de mestrado tem, assim, um tema e um motivo. O tema é circunstancial, derivado da minha formação académica. O motivo, por outro lado, é contextual, isto é, faz parte de uma perspetiva como cidadão e tem como objetivo responder a uma posição pessoal que se crê ser merecedora da atenção do leitor. É minha convicção, ainda, que os problemas levantados neste trabalho serão motivo da sua compreensão e aceitação.

¹ Lewis Mumford, *Técnica e Civilização* (Lisboa: Antígona, 2018), 237.

Nos últimos 200 anos, desde a Revolução Industrial, a sociedade mudou como em nenhum outro período da história. O crescimento das metrópoles europeias e americanas foi acompanhado, socialmente, pela transformação das instituições que se encarregavam da educação, cuidado e proteção dos seus indivíduos. Assim, passámos a delegar à escola a função de educar, à fábrica a função de produzir e aos hospitais a função de cuidar quando por fim se concluía o ciclo de vida. A redução da importância da casa como cenário da vida quotidiana foi acompanhado pela diminuição dos seus habitantes dando origem a uma das estruturas sociais com maior sucesso na história: a família nuclear. Esta, e o apartamento unifamiliar que se lhe seguiu, moldaram a nossa sociedade de tal modo que sem ela pareceriam hoje inconcebíveis os progressos que conseguimos.

Contudo, novas revoluções nos campos da tecnologia, da comunicação e da mobilidade abriram portas a novas estruturas sociais distintas do modelo que outrora nos parecia perfeito. Porque a globalização também trouxe coisas boas, observamos hoje uma maior abertura da sociedade à resolução dos problemas dos seus próprios excessos e, em consequência, o aparecimento de grupos diversificados de indivíduos que procuram novas formas de viver, conviver e habitar. Famílias monoparentais, estrangeiros em mobilidade, estudantes, idosos isolados, carenciados, solteiros, divorciados, amigos ou pessoas naturalmente sociáveis não encontram nas ofertas de habitação atualmente disponíveis no mercado soluções para alguns dos seus problemas mais prementes. Porém, quando aparece um problema, há sempre alguém que procura uma solução.

Na última década observou-se o surgimento, em várias cidades do mundo, de tipologias dedicadas a prover tipos de habitação alternativa que se distanciam dos modelos tradicionais e que lançam as bases para a discussão sobre o que entendemos ser o ‘habitar’.

Este trabalho procura somar-se a essa discussão e apresentar na cidade de Lisboa aquilo que poderia ser uma solução ideal para alguns dos grupos de pessoas anteriormente descritos. Esta solução, de carácter simultaneamente arquitetónico e teórico-experimental, tem como objetivo lançar as bases para uma reflexão sobre o que seria um edifício dessa natureza na capital portuguesa e, acima de tudo, sobre o próprio conceito de comunidade na sua dimensão mais física possível. Na primeira parte deste documento, denominado ‘Função’, far-se-á uma introdução ao conceito de coabitação – tema deste trabalho – e será argumentado que a construção de uma comunidade em torno do habitar (aqui entendida como extensão do indivíduo) é não só benéfica como ainda uma das maiores oportunidades no que respeita à forma como iremos viver no futuro. Para tal, será analisada a coabitação sob o ponto de vista histórico bem como alguns casos de estudo de grande sucesso na

atualidade, nomeadamente o Edifício Kalkbreite em Zurique e as inovações tipológicas que este comporta.

Contudo, as novas tipologias do habitar não se seguem necessariamente novos modelos arquitectónicos que, pelo seu vanguardismo, transformem inteiramente as nossas perspetivas sobre o quarteirão urbano, que extravasem os limites da forma ou mesmo que apelem à utilização de revestimentos que, pela sua inovação e engenho anunciem os novos tempos que hão de vir. Antes pelo contrário. O apelo à reutilização de modelos arquitectónicos cuja integridade e validade se encontram total ou parcialmente intactos é outro dos grandes objetivos deste trabalho.

Na segunda parte deste documento, intitulado ‘Forma’, aborda-se por isso a questão da forma, configuração e materialidade da arquitetura para defender que uma comunidade de coabitação em Lisboa só encontrará o caminho para o sucesso se se reger por um modo de vida gerado pela configuração excepcional do traçado, escala urbana e arquitetura da cidade. Para tal, irei utilizar como suporte teórico a obra de Kenneth Frampton, Liane Lefavre, Alexis Tzonis e León Krier, bem como o edificado de Giancarlo De Carlo e Cino Zucchi para formular a ideia de que uma arquitetura e urbanismo de continuidade com a história são as únicas capazes de dar à nova zona que se gerará em Alcântara (local da intervenção) todos os elementos que esta necessita para consolidar uma comunidade em torno do habitar.

Finalmente, é apresentada a memória descritiva do edifício, onde através da pesquisa arquitectónica se corporizam os princípios e conceitos desenvolvidos ao longo deste trabalho. É de sublinhar, desde já, que nenhum argumento formulado neste documento deve ser tido em consideração sem ser complementado pelo projeto desenvolvido em paralelo, uma vez que este constitui o derradeiro argumento em defesa do que aqui foi enunciado.

Função

O que é a Coabitação? Gênese e Definição

Num mundo onde surgem todos os dias novos conceitos e a sua assimilação parece ser cada vez mais um trabalho de investigação científica do que propriamente algo natural, a coabitação necessita, como tantos outros termos, de ser definida a fim de se estabelecer uma base conceptual comum ao entendimento entre aqueles que a estudam. Essa definição é o objeto deste capítulo.

A coabitação, tal como o nome indica, é o ato de habitar com outras pessoas. Uma vez que, ao longo da história do homem, qualquer ato de habitar partia do pressuposto de que salvo raríssimas exceções tal era um ato coletivo, explica o aparecimento do termo ‘coabitação’ como forma de definir um modelo de habitar menos comum que implica a abertura do espaço privado a indivíduos que se encontram fora do agregado familiar. Esta explicação deriva sobretudo da constatação de que, desde o século XIX, a habitação ganhou progressivamente contornos mais solitários e é hoje em dia mais individualista do que no período prévio à Revolução Industrial.

No âmbito da investigação académica, este documento irá abordar a coabitação enquanto o ato de habitar com pessoas fora do agregado familiar-nuclear, analisando as suas características em oposição às formas de habitação mais tradicionais cujo suporte físico é o apartamento unifamiliar que todos conhecemos.

É importante salientar, como se confirmará neste estudo, que a diversidade da coabitação enquanto expressão arquitetónica, social, económica e emocional traduz a dificuldade em sistematizar algumas das suas particularidades mais subtis. Contudo, e apesar dessa diversidade, existe um princípio transversal a todas elas: qualquer tipo de coabitação pressupõe uma predisposição para a partilha.² A forma, a extensão e a natureza dessa predisposição varia em função da disponibilidade que os seus intervenientes têm em ceder controlo do espaço, dos bens e da intimidade que teriam em circunstâncias de habitação tradicional.³ A coabitação tem por isso diversos graus que variam em função de fatores tão diversos

34. ² Susanne Schmid, *A History of Collective Living* (Zurique: Birkhauser, 2019),

³ Schmid, *A History of Collective Living*, 34.

como a idade, a situação económica, o tipo de educação ou mesmo a cultura.⁴

Esta ideia de partilha materializa-se de várias maneiras, sendo a mais consequente a redução do espaço privado em favor do espaço coletivo. Segundo Susanne Schmid, investigadora na ETH de Zurique, entender a habitação enquanto um ato partilhado é incompatível com a conceção do habitar enquanto derradeira expressão de privacidade.⁵ A redefinição da fronteira entre a intimidade e a convivência – ou entre o espaço privado e o espaço partilhado – é o grande motivo de pesquisa quando se trata de analisar as diferenças entre a coabitação e a habitação tradicional, uma vez que coabitar pressupõe a transferência de área da esfera individual para a esfera comum.⁶ Em certas ocasiões, a procura de um coabitar demonstra que essa transferência é não apenas uma consequência como também um fim em si mesmo, uma vez que por diversas razões (e como veremos mais adiante) as externalidades negativas do ato de partilhar a intimidade são superadas pelos seus benefícios.

O ato de partilhar desdobra-se assim em diversas ‘fatalidades’, aqui entendidas como externalidades positivas que, pouco a pouco, vamos como sociedade considerando serem alternativas credíveis a um conjunto de problemas para os quais teremos prontamente de dar resposta.

Uma Breve História da Coabitação

As tipologias de habitação que constituíram grande parte da reflexão arquitetónica moderna assentam num modelo social no qual a família nuclear é considerada a unidade primária e fundamental. Por essa razão, a história da coabitação como tal é contada a partir da formação desta estrutura social logo após a Revolução Industrial. A importância que assumiu ao longo dos tempos, contudo, não é exclusiva dos séculos XIX e XX uma vez que, como modo de vida, habitar com pessoas fora do âmbito da família próxima tem sido uma prática muito comum - senão mesmo a predominante - ao longo de toda a história.⁷

Por esse motivo, a história da coabitação tal como aqui apresentada, afigura-se como uma história alternativa do habitar, mais rica sob o ponto de vista tipológico e motivada por razões muito mais diversificadas que a habitação de raiz burguesa.

Segundo Susanne Schmid, função e forma do habitar coletivo têm estado em constante mudança, apresentando leituras diversas em virtude das circunstâncias sociais,

⁴ Schmid, *A History of Collective Living*, 14.

⁵ Schmid, *A History of Collective Living*, 5.

⁶ Alexis Kalagas, “Redesigning Renting: Housing as a Service,” *Assemble Papers*, último acesso a 8 de Setembro de 2021, <https://assemblepapers.com.au/2019/05/20/redesigning-renting-housing-as-a-service/>.

⁷ Schmid, *A History of Collective Living*, 10.

económicas e políticas em que esta se tem produzido.⁸ Não existe, por isso, uma única tipologia arquitetônica que defina a coabitação, mas sim um propósito para a sua adoção. Também por essa razão a definição de uma tipologia única de arquitetura coabitacional tem-se verificado difícil senão mesmo impossível, convertendo-a por isso numa excelente oportunidade de reflexão sobre uma arquitetura ‘subversiva’.

Até à Revolução Industrial, grande parte da sociedade estava organizada em torno de unidades de habitação e de produção autossuficientes⁹ onde se formaram as raízes da economia moderna. Estas casas eram o centro de uma vida social coesa que não se definia apenas pelos laços familiares dos seus habitantes mas, também, por um interesse centrado tanto na criação de um excedente económico como na formação de uma rede de interdependência que protegia os seus membros da doença e de outras circunstâncias onde estes se vissem mais vulneráveis.¹⁰

O advento da produção mecânica deslocou a criação de riqueza destas casas para as fábricas e os trabalhadores perderam essa rede de cuidados informais de que tanto dependiam. A consequente divisão entre trabalho e residência levou a uma crise na oferta das grandes cidades que foi colmatada com habitação precária.¹¹ Foi neste contexto que surgiram as primeiras teorias sociais e, conseqüentemente, as primeiras reflexões sobre a forma e a função de uma arquitetura comunitária.

A primeira teoria de coabitação moderna surgiu pelas mãos do escritor e teórico socialista François Charles Fourier (1772-1837) quando em 1829 propôs o Falanstério, um edifício pensado para exactamente 1620 pessoas onde a vida comunitária se sobrepunha à vida familiar e onde a coletivização das tarefas domésticas retirava aos seus habitantes o duplo esforço do trabalho fabril e doméstico. Nunca construído, o Falanstério era mais a conceptualização da utopia social do seu autor do que propriamente uma ideia arquitetônica: era sobretudo uma oportunidade para teorizar um novo modelo de sociedade onde, através da dissolução da família se atingia a plena integração social do indivíduo.¹²

Trinta anos mais tarde, a utopia de Fourier toma vida quando o industrial Jean Baptiste-Godin (1817-1888) deu início à construção de um complexo residencial para acomodar os

⁸ Schmid, *A History of Collective Living*, 29.

⁹ Schmid, *A History of Collective Living*, 29.

¹⁰ Dieter Ackerknecht et. alt., *Kommune und Großfamilie, Dokumente – Programme – Probleme*, (Bern: Paul Haupt, 1972), op. cit. in Schmid, *A History of Collective Living*, 29.

¹¹ Schmid, *A History of Collective Living*, 31.

¹² Romana Schneider, Winfried Nerdinger & Wilfried Wand, *Deutschland, Architektur im 20. Jahrhundert* (Munich, Prestel, 2000), op. cit. in Schmid, *A History of Collective Living*, 49.

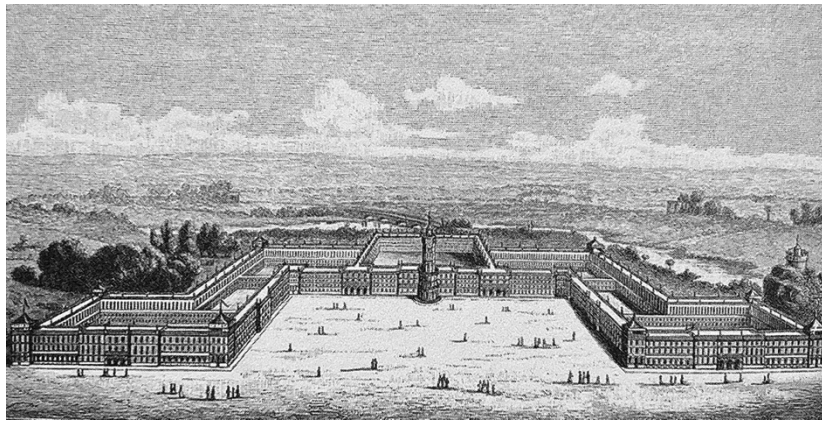


Figura 1 *Ilustração do Falanstério de Fourier*. Retirado de ullstein bild, Granger, Nova Iorque

cerca de 2000 operários da sua fábrica.¹³ Chamou-lhe Familistério e, ao contrário do projeto idealizado por Fourier, não tinha como objetivo a abolição da unidade familiar mas antes a sua integração numa comunidade baseada na partilha do quotidiano doméstico.¹⁴ O Familistério de Godin era um edifício de três volumes, concebido como ‘palácio social’ e de escala monumental, e onde a partilha proporcionava acesso a infraestruturas inovadoras economicamente inviáveis noutros contextos. Cada um destes volumes organizava-se em torno de um pátio coberto onde se realizavam os eventos da comunidade. O acesso aos apartamentos era feito através de galerias que serviam em simultâneo como tribuna durante a apresentação de espetáculos e outros eventos públicos.

A importância do Familistério deveu-se sobretudo à redefinição do modo de vida da tradicional e à disponibilização de infraestruturas sanitárias que não se encontravam presentes na generalidade dos edifícios. Os apartamentos não tinham cozinha nem casas de banho, mas as instalações sanitárias partilhadas eram muito avançadas para a época. A cozinha do complexo libertava a mulher do fardo de cozinhar todos os dias, uma vez que as refeições eram servidas a todos os residentes para serem tomadas em conjunto no salão de jantar ou em família nos seus próprios apartamentos.

Ao organizar cooperativamente os encargos da vida doméstica, a arquitetura de Godin visava proporcionar aos operários da fábrica tempo livre de qualidade, eliminando o duplo trabalho profissional e doméstico¹⁵ e, ao integrar plenamente a mulher na força de trabalho, conferia-lhe um novo estatuto social mais igualitário e com maior dignidade do que então era comum.¹⁶

O Familistério teve uma história longa, funcionando até finais do século XX.¹⁷ Contudo, o seu sucesso não foi replicado noutros locais porque o sistema social predominante não caminhava na direção da partilha do habitar: a importância cada vez maior da família nuclear seria, nas décadas seguintes, o motivo do insucesso de muitas das tentativas de redefinição quer do quotidiano doméstico quer da arquitetura do habitar.

Entretanto, no período prévio à formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o peso da habitação burguesa era tanto que a revisão tipológica dos modelos existentes manteve-se restrita a casos pontuais, por norma dedicados a facilitar a vida da família nuclear. Datam desta altura

¹³ Franziska Bollerey, *Architekturkonzeptionen der Utopischen Sozialisten* (Berlin, Freie Universität, 1974) op. cit. in Schmid, *A History of Collective Living*, 52.

¹⁴ Leonardo Benevolo, *Die sozialen Ursprünge des modernen Stadtbaus, Lehren von gestern – Forderungen für morgen* (Gutersloh, Bertelsmann Fachverlag, 1971), op. cit. in Schmid, *A History of Collective Living*, 52.

¹⁵ Schmid, *A History of Collective Living*, 52.

¹⁶ Schmid, *A History of Collective Living*, 45.

¹⁷ Schmid, *A History of Collective Living*, 52.



Figura 2: Foto de um espectáculo numa das naves do Familistério. Retirado de archiv-zhdk, Zurich University of Arts.

as Casas com Cozinha Central, edifícios de habitação clássicos, mas sem cozinha, localizados na Europa do Norte. As refeições eram confeccionadas numa grande cozinha na cave e entregue nos apartamentos por pequenos elevadores. Além da alimentação, muitos destes edifícios proporcionavam ainda serviços de lavandaria e limpeza. O surgimento de novas classes profissionais e sociais, tais como estudantes, nómadas urbanos, trabalhadores independentes ou viajantes, permitiu também o desenvolvimento de tipologias de habitação semiprovisórias que combinavam soluções mínimas com cozinhas partilhadas e casas de banho.

Só após a Primeira Grande Guerra é que a coabitação ganha pela primeira vez uma dimensão ideológica, observando-se tanto na Alemanha e Áustria Social-Democrata, bem como na URSS, as primeiras experiências nesse campo desde os Socialistas Utópicos. Para os bolcheviques, a coabitação surgia como método de combate aos desperdícios socio-económicos gerados pela habitação burguesa¹⁸, enquanto na República de Weimar e na Viena Vermelha se combinava o habitar em comunidade com as teorias urbanas da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard (1850-1928). Datam deste período os Planos de Expansão Urbanos de Berlim, da autoria de Bruno Taut (1880-1938), e a construção do icónico edifício Karl Marx-Hoff em Viena.

Concluído em 1927 pelo governo da cidade, o complexo Karl Marx-Hoff surge como o edifício de habitação coletiva mais importante da Europa até então. Totalizando aproximadamente 1400 apartamentos dispostos ao longo de mais de um quilómetro, o projeto de Karl Ehm (1884-1957), discípulo de Otto Wagner (1841-1918) visava acolmatar o retorno dos soldados austríacos da Primeira Grande Guerra bem como melhorar a salubridade de uma cidade que atravessava então um importante surto de tuberculose. O edifício, à semelhança do Familistério de Godin, comportava diversas funções como creches, saunas, bibliotecas, comércio e restaurantes, desde logo disponíveis para usufruto dos moradores. A entrada era feita pelo interior do quarteirão e não pela rua, o que permitia a apropriação dos jardins e dos parques públicos. Contudo, e apesar destes serviços públicos coletivos, o complexo destinava-se ainda a receber famílias tradicionais.

É preciso atravessar a Alemanha para encontrar uma obra então pioneira: o hostel de Hans Scharoun (1893-1972) em Breslávia, atual Polónia. Concluído em 1929, destinava-se a acomodar solteiros e casais sem filhos num regime semipermanente. O projeto ilustra muito bem o espírito modernista e a sua abordagem à questão da habitação,

¹⁸ Thomas Möbius, *Russische Sozialutopien von Peter I. bis Stalin, Historische Konstellationen und Bezüge* (Berlin, Lit Verlag, 2012), op. cit. in Schmid, *A History of Collective Living*, 103.

apresentando uma complexidade funcional derivada do seu propósito e público-alvo: duas alas, uma para os solteiros e outra para os casais, unidas por um átrio.

As tipologias eram em triplex, acedidas exclusivamente pelo piso intermédio. Esta solução concentrava a área destinada às circulações exteriores e estimulava o encontro entre os residentes. Já os interiores eram austeros e demonstravam o rigor dimensional que caracterizava o Movimento Moderno. Os apartamentos tinham uma pequena cozinha, tornando-os autossuficientes.

A ascensão do nazismo na Alemanha e do estalinismo na antiga URSS colocou um ponto final nas experiências habitacionais e consolidou a família nuclear como unidade social e o seu lar como modelo arquitetónico por defeito.¹⁹ O pós-guerra trouxe à Europa um clima de estabilidade em que a unidade em torno de ideais comuns era como que uma reação aos excessos político-sociais das décadas anteriores.²⁰ As tipologias de habitação mais experimentais deste período são, por isso, relativamente simples em comparação com as de outras épocas, muitas delas apresentando amplas áreas de circulação que fomentavam o encontro e a permanência dos moradores.²¹

Além disso, o progresso económico e as inovações tecnológicas (tais como a máquina de lavar roupa, de lavar loiça, a água canalizada e o gás) trouxeram à cozinha moderna um grande conforto, e a normalização das casas de banho interiores tornou obsoletas aquelas partilhadas.²²

Foi só na década de 1960 que a mudança se fez sentir quando os movimentos de igualdade social e de libertação da mulher tomaram conta da esfera pública. Existia uma grande frustração em relação à habitação por parte do público feminino, que tinha sido conduzido a um triplo isolamento pela arquitetura e urbanismo dos modernistas: nos bairros habitacionais segregados; dentro dos apartamentos unifamiliares e, finalmente, dentro das cozinhas dimensionalmente otimizadas.²³ As mudanças que se procuraram fazer à forma do lar deixaram pela primeira vez de ser motivadas por razões económicas e passaram a ser movidas por um desejo de participação e de contacto social,²⁴ estabelecendo-se assim as bases para a coabitação moderna. Os intervenientes destas comunidades

¹⁹ Schmid, *A History of Collective Living*, 294-295.

²⁰ Thomas Stahel, *Wo-Wo-Wonige!* (Zurique, Fakultät der Universität Zürich, 1989), op. cit. in Schmid, *A History of Collective Living*, 144.

²¹ Schmid, *A History of Collective Living*, 146.

²² Schmid, *A History of Collective Living*, 146.

²³ Christina Altenstrasser, Gabriella Hauch & Hermann Kepplinger, *gender housing – geschlechtergerechtes bauen, wohnen, leben* (Innsbruck, Studien Verlag, 2007), op. cit. In Schmid, *A History of Collective Living*, 146.

²⁴ Jürgen Schuh, *Kollektives Wohnen, Eine vergleichende Untersuchung in- und ausländischer Beispiele* (Kassel, Verlag für wissenschaftliche Publikationen, 1989), op. cit. Schmid, *A History of Collective Living*, 164.

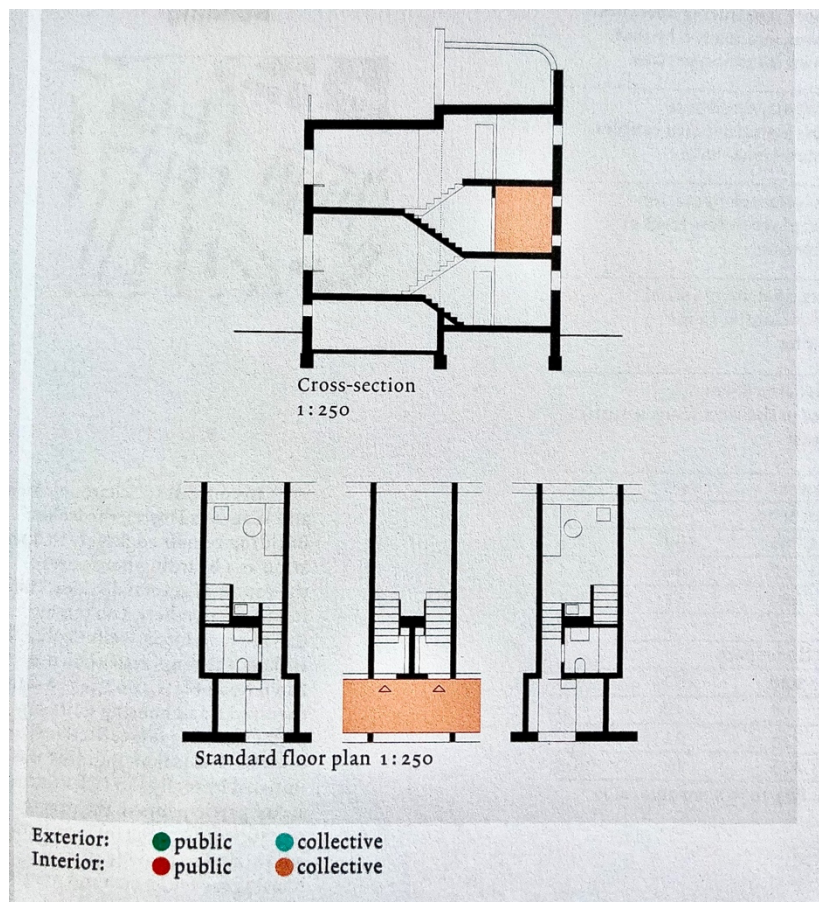


Figura 3: Hans Scharoun, *Hostel em Breslavia*, Plantas e Corte, Polónia, 1929.
Retirado de *A History of Collective Living*, Susanne Schmid.

eram, também por essa razão, mais educados e, normalmente, de classes sociais mais altas.²⁵

Dos anos de 1970 em diante, o perfil geral de uma tipologia de coabitação vai ganhando contornos mais ou menos definidos. Pela primeira vez, arquitetos e residentes trabalham lado a lado na conceção do espaço futuro da comunidade, envolvendo-se inclusive com especialistas das áreas da sociologia.²⁶

Segundo Schmid, foi nestes anos que o ato de partilhar a vida privada se tornou um fim em si mesmo.²⁷ Como consequência desta filosofia, observaram-se nas décadas de 1980 e 1990 tipologias maduras onde o espaço privado foi progressivamente reduzido a favor das áreas comuns, que serviam como expansão natural da esfera particular e que estimulavam o encontro, a partilha de refeições, o cuidado das crianças e a solidariedade entre os residentes.

Em unidades de coabitação suburbanas como o complexo Houtwijk, construído em 1984 em Haia pelas mãos de Andries Van Wijngaarden et al., uma rua interior ampla permitia o encontro informal entre os residentes e um conjunto de pequenas janelas suavizava a barreira entre o espaço doméstico e o comum. Várias cozinhas comunitárias estimulavam a preparação de refeições em grupo e o acesso a equipamento mais dispendioso e sofisticado (que não se encontrava presente dentro dos apartamentos) era possível porque estes eram de usufruto comum.

Já em edifícios em pleno contexto urbano, tais como o complexo Sargfabrik do atelier BKK-2 Architecture em Viena, o programa residencial foi complementado com equipamentos e serviços abertos ao bairro que visavam reforçar o espírito de vizinhança. Construído em 1996 após uma década de planeamento, o Sargfabrik surgiu como um dos mais inovadores até então: um pequeno centro cultural, uma sala de música, infantário, salas multiusos e um restaurante que oferece descontos aos residentes complementam os serviços disponíveis tanto à comunidade de 200 habitantes como aos moradores das redondezas. Além disso, o processo de autofinanciamento e de auto-gestão em forma de cooperativa (muito comum na Europa germânica) permitiu também a construção de uma sauna, uma piscina interior, um banho turco, terraços verdes e um amplo programa de equipamentos e serviços que estão disponíveis exclusivamente aos membros da cooperativa por um preço muito abaixo do valor de mercado. A habitação, de dimensão restrita, é composta por uma série de módulos ligados entre si através

²⁵ Schmid, *A History of Collective Living*, 164.

²⁶ (Jürgen Schuh, *Kollektives Wohnen, Eine vergleichende Untersuchung in- und ausländischer Beispiele* (Kassel, Verlag für wissenschaftliche Publikationen, 1989), op. cit. Schmid, *A History of Collective Living*, 166.

²⁷ Schmid, *A History of Collective Living*, 165.

cozinhas e salas de estar comunitários onde habitam casais, pessoas solteiras ou famílias com filhos.

Atualidade

Após a crise financeira de 2008 vemos surgir um novo grupo social de jovens adultos, nómadas urbanos, *freelancers*, casais sem filhos e nativos digitais que, no contexto da economia moderna, procuram um tipo de habitação flexível que estimule o seu modo de vida.²⁸ Schmid afirma que para estes jovens o sentido de pertença e de comunidade é um fim em si, e que a partilha da vida privada não é apenas motivada por razões económicas mas por um fator de distinção num mundo onde as relações digitais parecem substituir as físicas.

Estas tipologias distinguem-se das outras formas de coabitação por se focarem mais em estadas de curto e médio prazo e por oferecerem a residência como um serviço em vez de estimularem a participação.²⁹ Por essa razão, nos edifícios ditos de ‘co-living’ as rendas têm muitas vezes serviços de lavandaria, limpeza de quartos e de restauração incluídas, dando mais tempo aos seus residentes para sociabilizarem, fazerem turismo ou se dedicarem às suas carreiras. O edifício que melhor ilustra este modo de vida é o Old Oak em Londres, desenhado pela PLP Architecture e construído em 2016 pela The Collective, uma empresa Britânica. Neste, que é o maior edifício do género no mundo, 550 apartamentos cujo tamanho deixaria orgulhosos os teóricos do *existenzminimum* são complementados por vastas áreas comuns que, compensando a dimensão dos apartamentos, convidam ao encontro e à sociabilização.

Contudo, os edifícios de co-living servem um grupo bastante específico de pessoas durante uma fase muito particular das suas vidas e a sua generalização representaria um radicalismo para muitas pessoas que lá não poderiam planear a sua vida a longo prazo, constituir família ou mesmo envelhecer.

Nesse sentido, e retomando a premissa de que a multiplicidade de interpretações feitas sobre o habitar partilhado gera uma quantidade equivalente de tipologias a ele dedicado, somos incentivados a procurar respostas para uma coabitação menos peregrina noutras cidades europeias. Mas antes disso, façamos um elenco dos argumentos que motivam a adoção da coabitação nos dias de hoje.

²⁸ Schmid, *A History of Collective Living*, 272.

²⁹ Schmid, *A History of Collective Living*, 273.

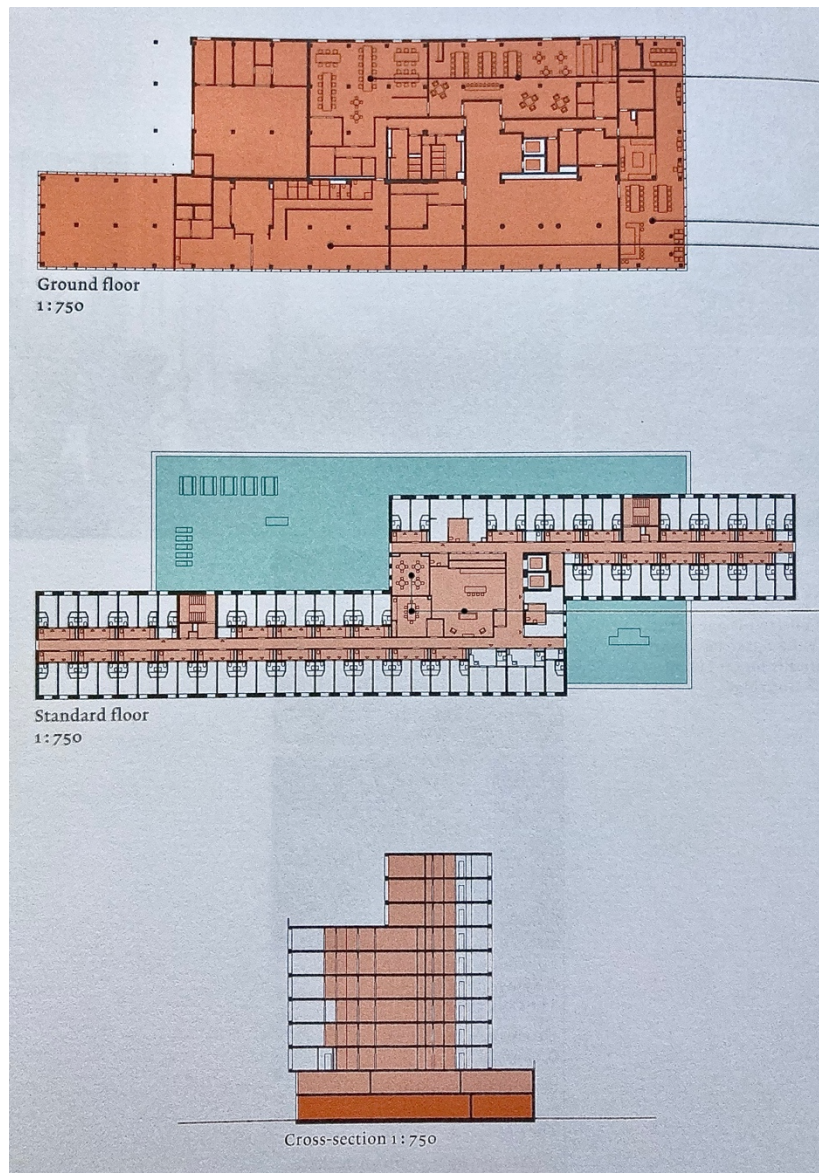


Figura 4: PLP Architecture, *The Collective Old Oak*, Plantas e Cortes, Londres, 2016. Retirado de *A History of Collective Living*, Susanne Schmid

A Coabitação como Alternativa Económica, Social e Ambiental

Na tentativa de sistematizar os benefícios do habitar partilhado partiu-se de uma premissa do artista e teórico checo Karel Teige (1900-1951) que, refletindo sobre a habitação mínima, afirmou no seu livro *The Minimum Dwelling* (1932) que a única forma de abordar o assunto é analisando o seu conteúdo social.³⁰ Se bem que hoje já não se fala de uma habitação mínima com o intuito original de produzir arquitetura como uma ‘máquina de habitar’, a ideia de Teige, como a de tantos outros arquitetos, era a de criar através desse *existenzminimum* um novo paradigma habitacional que correspondesse às novas exigências das sociedades europeias. A fabulosa obra de Teige, embora carregada de algum fundamentalismo ideológico, apresentava por isso o mérito de refletir sobre o assunto partindo do princípio de que a nova sociedade comunista encontraria na habitação coletivizada as bases de um novo ser humano ao qual a estrutura familiar burguesa já não diria respeito.³¹ Segundo Teige, seria através do suporte físico dado pela arquitetura que estas mudanças se fariam.³²

O ataque de Teige ao modelo social baseado na família burguesa, na altura surgida há já mais de um século justificava-se num contexto no qual a luta de classes levaria à sua abolição e onde o proletariado surgiria como classe única e dominante. Para Teige, uma classe social uniforme e padronizada necessitava de um novo tipo de habitação: mínima, individual e despojada.³³

A história, como sabemos, encarregou-se de demonstrar que o ser humano é um pouco mais complexo do que a ideologia comunista considerava ser, e as suas ideias de megaestruturas suburbanas para dezenas ou centenas de milhares de habitantes, com vários quilómetros de células de habitação individuais unidas por passarelas rolantes acabaram por, felizmente, nunca se concretizar.

Contudo, à luz de uma leitura contemporânea, compreende-se que a luta ideológica protagonizada por estes arquitetos se deu num momento de convulsão tecnológica, guerra e preparação de um novo mundo onde as regras da sociedade se encontravam ainda por escrever e no qual a revisão dos modos de habitar era apenas mais uma peça do puzzle.

Assim, na procura de um novo paradigma social, encontramos-nos nos dias que correm com novos grupos de

³⁰ Karel Teige, *The Minimum Dwelling* (Cambridge: MIT Press 2002), 324, 333.

³¹ Teige, *The Minimum Dwelling*, 325.

³² Teige, *The Minimum Dwelling*, 334.

³³ Teige, *The Minimum Dwelling*, 346.

peessoas mais plurais e diversos que o proletariado aos quais são respeitadas certas diferenças e atendidas certas necessidades de habitação a eles exclusivas. Entre estes grupos podemos citar, a título de exemplo, os idosos, as crianças, as famílias monoparentais e os divorciados, os deficientes motores, os nómadas urbanos e os estudantes, bem como todos aqueles que não encontram na habitação unifamiliar o suporte físico para as suas ambições pessoais e profissionais.

Dá-se por isso no contexto atual a oportunidade de refletir sobre as novas circunstâncias e de pensar a coabitação à luz de uma realidade isenta do experimentalismo de outras épocas, assim como a possibilidade de estender o debate para além da análise social através da inclusão de temas como o ambiente e a economia. Neste capítulo pretende-se, através destas três perspetivas indagar sobre a viabilidade da coabitação enquanto alternativa à habitação unifamiliar.

Podemos sintetizá-las nos seguintes pontos: (1) em termos ambientais verifica-se a redução do desperdício como consequência da partilha de recursos; (2) a economia de escala criada por esta partilha permite a poupança de recursos humanos e financeiros aos seus beneficiários, o que em termos práticos se traduz em menos encargos com a habitação. Finalmente, (3) a construção de uma comunidade em torno da partilha do habitar gera um sentido de pertença que não pode ser menosprezado, sendo em muitos casos até a primeira motivação para a adoção deste modo de vida. Analisemos cada um deles em maior detalhe.

Coabitação por Razões Económicas

As razões económicas parecem ter impulsionado, como se viu, as primeiras formas de habitar coletivamente logo após o início da Revolução Industrial.³⁴ O Familistério de Godin era, acima de tudo, uma tentativa de otimização da vida doméstica baseada nos princípios da divisão de trabalho que o industrial utilizava nas suas fábricas. Tal devia-se exclusivamente ao facto de que a arquitetura do Familistério, que permitia uma elevada densidade de ocupação, estar preparada para facilitar essa mesma profissionalização. O tempo livre e a qualidade de vida resultante permitiam que os trabalhadores cultivassem novos interesses ou se dedicassem a atividades de lazer.

Contudo, o progresso tecnológico permitiu que muitas dessas tarefas, tais como a lavagem de loiça ou roupa, fossem automatizadas, exigindo menos otimização na forma de habitar e ajudando desse modo a consolidar o apartamento unifamiliar como tipologia predominante.³⁵ As economias, por seu lado,

³⁴ Schmid, *A History of Collective Living*, 41.

³⁵ Schmid, *A History of Collective Living*, 144-46.

produziam o excedente necessário para manterem vivo o *statu quo* e delegar a questão do habitar partilhado a grupos de interesse muito específicos.

Hoje, o progresso tecnológico, científico, económico e social parece justamente apontar no sentido oposto. A Economia da Partilha, conceito utilizado para designar uma nova atitude em relação aos bens de consumo, parece ter despertado uma nova consciência de que os recursos são finitos e que o bem-estar físico, estatuto social e índice de felicidade podem residir na partilha do pouco que existe disponível para atingir o que só os mais abastados obtêm. As vantagens da coabitação vistas desta perspectiva económica são por isso mais vastas e mais complexas nos dias que correm do que eram anteriormente.

Neste ponto, é impossível resistir à tentação de utilizar a metáfora de Teige, que comparava a habitação a uma mala de viagem. Questionava-se porque é que a nossa morada (que dizia ser como uma mala que nos acompanhava pela viagem da vida) devia pelo seu tamanho ser um fardo. Perguntava, antes, se não faria sentido reduzi-la ao mínimo e ao essencial para que nos dedicássemos a viajar mais leves, mais rápido e mais longe.³⁶

Nesta questão, o tamanho é a chave. A importância da redução do espaço individual em favor do espaço coletivo parte do pressuposto de que nos países ocidentais a área da habitação alocada a cada indivíduo se encontra sobredimensionada e que não existe uma correlação entre a satisfação da necessidade de privacidade e o aumento do espaço físico em termos absolutos. As pesquisas algo obsessivas dos modernistas pela mínima dimensão possível da habitação partiam de um pressuposto que ainda não foi refutado: quanto maior for a casa, mais encargos financeiros esta comporta. Por esse motivo, muitas reflexões sobre o coabitar começam frequentemente com uma análise dos custos derivados do excesso de espaço.

O conceito de coabitação contém em si a ideia da redução do espaço individual no sentido de dividir os custos da área entre mais intervenientes. O aumento da densidade de ocupação facilita o acesso à habitação – tendo sobretudo benefícios em áreas da cidade onde os preços por m² são mais altos. Esta ideia manifesta-se de forma explícita em zonas de carácter mais central, mais valiosas, onde através da transformação de apartamentos unifamiliares em unidades de maior densidade ou da construção de equipamentos exclusivamente destinados à coabitação se pode garantir a habitação de baixo custo e com qualidade. O acesso a zonas centrais reduz ainda o tempo e dinheiro gastos em deslocações, uma vez que o recurso a transportes públicos ou a maior proximidade do trabalho permite que se prescindia de carro próprio.

³⁶ Teige, *The Minimum Dwelling*, 351.

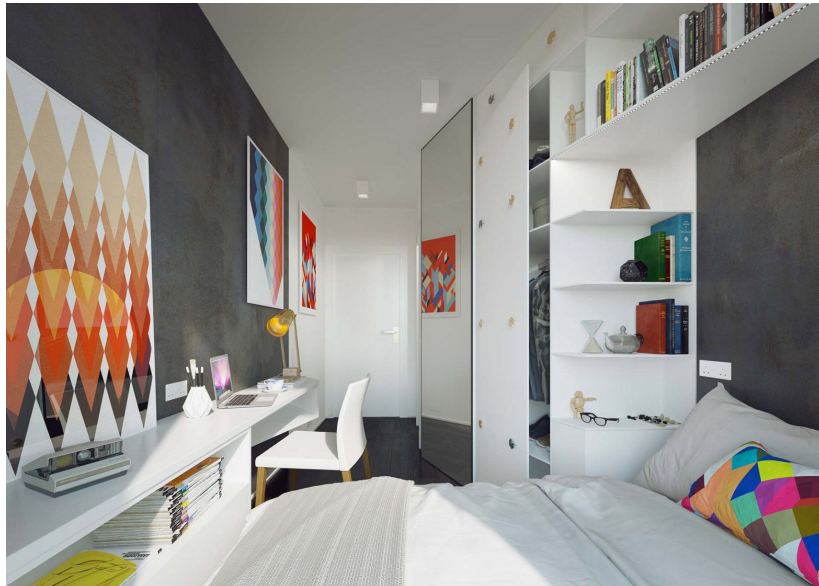


Figura 5: Interior de uma das células de habitação do Old Oak. Retirado de <https://assemblepapers.com.au/2019/05/20/redesigning-renting-housing-as-a-service/>. Acedido a 8 de Setembro de 2021.



Figura 6: *Uma sala de Co-Working do Old Oak*. Retirado de <https://assemblepapers.com.au/2019/05/20/redesigning-renting-housing-as-a-service/>. Acedido a 8 de Setembro de 2021.

Ao decréscimo do preço da habitação como resultado da sua partilha podemos associar um outro, relacionado mais com a sua utilização: as economias de escala derivadas da partilha da comida e dos recursos energéticos.

Em muitos casos, uma parte significativa do orçamento pessoal é gasto em alimentação e em despesas de eletricidade, gás e água. A partilha destes gastos, cozinhando em quantidade ou partilhando o aquecimento, pode ter um peso significativo no excedente orçamental. Além disso, às despesas relacionadas com a alimentação deve-se ainda adicionar os tempos gastos na sua confeção. Por mais pequena que seja a diferença, à medida que estas questões se vão verificando em escalas maiores, digamos não de 2 ou 3 pessoas, mas de 5, 10 ou 20, os benefícios podem ser consideráveis.

Em certas comunidades de coabitação, a confeção dos alimentos funciona inclusive através da participação e rotatividade destas tarefas, concentrando a energia gasta por pessoa em momentos pontuais da semana dado existirem indivíduos suficientes para que a comida seja preparada por turnos. Noutros casos, onde existe disponibilidade económica ou os habitantes são muitos, a preparação da alimentação é feita diariamente por profissionais contratados.

Além disso, a partilha da comida significa ainda um desperdício menor aumentando, mais uma vez, a eficiência na gestão dos alimentos. A redução do espaço por indivíduo (ou o aumento da densidade por área) permite também aquecer grandes superfícies de forma mais eficiente, contribuindo para o conforto dos seus habitantes.

Coabitação por Razões Ambientais

Às motivações económicas podemos somar uma outra motivação que irá ganhar progressiva importância nas próximas décadas. À medida que as alterações climáticas vão ganhando peso no nosso quotidiano e na consciência dos cidadãos, é normal que a adoção de novos modos de habitar passe também por uma ponderação ambiental. Esta hipótese verifica-se sobretudo entre as gerações mais novas.

Em parte, os benefícios ambientais derivados da partilha do espaço e dos recursos são muito semelhantes aos seus benefícios económicos, uma vez que em ambos é a eficiência na utilização do espaço e a poupança de recursos que serve como argumento a seu favor. A utilização coletiva de equipamentos como fogões, frigoríficos, máquinas de lavar roupa e loiça, televisões e outros aparelhos ou eletrodomésticos reduz a pegada ambiental. O mesmo acontece com o aquecimento ou com a luz, sendo necessária menos energia por habitante.

Os benefícios desta partilha estendem-se também ao âmbito da alimentação, uma vez que a maior quantidade de pessoas permite também um maior controlo dos prazos de validade dos alimentos, evitando o desperdício.

Coabitação por Razões Sociais

Um dos últimos argumentos em defesa da coabitação prende-se com os benefícios sociais que desta podem resultar. Procurou-se enunciar as motivações económicas como sendo as mais objetivas e as ambientais como as mais cívicas, mas deixámos para último as motivações socioemocionais de modo a construir uma narrativa arquitetónica derivada da partilha do habitar. A coabitação, nos dias que correm, visa não só uma poupança de recursos naturais e económicos, mas acima de tudo responder a alguns dos desafios mais complexos criados pela globalização, pela tecnologia e pela economia moderna. Entre alguns destes desafios podemos citar questões como a diminuição do agregado familiar, o isolamento social dos mais idosos, a diminuição do casamento enquanto instituição ou o trabalho remoto.

As primeiras reflexões sobre uma sociologia do habitar deram-se, como se viu, após a Revolução Industrial num contexto de crescente degradação das condições de vida dos operários e dos trabalhadores dos grandes centros urbanos europeus. Se até ao século XVIII a sociedade se organizava em torno de unidades suburbanas de produção agrícola, de extração ou de transformação, o aparecimento da fábrica modifica radicalmente a relação entre o campo e a cidade ao deslocar de forma significativa a população trabalhadora para as metrópoles produtivas. O resultado foi a destruição de uma rede de interdependência criada ao longo de várias gerações que não encontrou equivalente dentro das habitações insalubres e mal equipadas construídas pelos donos das fábricas para os seus operários.

Essa rede de interdependência foi restabelecida lentamente ao longo de várias décadas através da melhoria das condições económicas dos trabalhadores, da oferta de melhores serviços educativos e de saúde, através da constituição de uma classe média, do direito à jornada laboral e do tempo livre, bem como, e acima de tudo, da criação de uma unidade social estável. Hoje em dia, mesmo a família nuclear tem perdido a força que teve como elemento agregador na sociedade do pós-guerra.

Os motivos pelos quais observamos hoje em dia uma profunda revisão dos modelos familiares não é o objeto desta tese, uma vez que tal constituiria um estudo em si. Antes, pretende-se a compreensão de como questões, designadamente o crescente isolamento dos mais idosos, as quebras da natalidade, a emancipação da mulher, o aumento da mobilidade entre os



Figura 7: Encontro de moradores no bairro cooperativo wehr als wohnen em Zurique. Fotografia da Cooperativa Wehr als Wohnen. Retirado de <https://assemblepapers.com.au/2019/11/20/lived-solidarity-housing-co-operatives/>. Acedido a 8 de Setembro de 2021.

mais jovens, a precarização do trabalho e o aumento dos preços da habitação, podem indicar o caminho a novas formas de habitar que se assemelhem às instituições parafamiliares de outrora e que preparem a sociedade para um modelo em que o elemento agregador da família não seja onnipresente. Importa, acima de tudo, retirar dessas questões pautas de projeto que indiquem os caminhos a um novo tipo de arquitetura.

Estado da Arte: As Experiências na Europa Germânica da Última Década

Na procura de uma arquitetura do habitar partilhado que constitua uma verdadeira alternativa à habitação tradicional somos levados aos países da Europa germânica. Aqui, o debate em torno da coabitação nunca esteve vinculado a nenhum tipo de luta ideológica, mas antes à resolução de questões simples como o acesso a habitação digna ou o isolamento social. Na última década, a essas problemáticas somaram-se, evidentemente, as preocupações climáticas.

O facto de que grande parte das questões e preocupações apontadas no ponto anterior se encontrarem em estado de avançado desenvolvimento nos países germânicos, explica uma maior aceitação da coabitação como parte da sua solução. É por esse motivo que vemos em países como a Suíça, a Áustria ou mesmo a Alemanha uma paulatina mas crescente revisão dos modos de habitar e, como consequência, uma procura cada vez maior por novos tipos de equipamentos destinados a promover este modo de vida.

Nestes países, como poderá ser o caso do nosso no futuro, verifica-se que estes problemas necessitam de uma resposta política mas também de uma resposta arquitetónica. É dever dos arquitetos e dos outros intervenientes do setor da construção a criação de um suporte físico adequado à coabitação de modo a criar as ofertas muito antes que a pressão da procura se acumule. Nesse sentido, tem de haver também ação por parte dos agentes públicos em conceber este tipo de equipamentos para além da sua aparente viabilidade económica.

O caso da cidade de Zurique, onde se encontra o nosso caso de estudo, é um dos mais interessantes e aponta o caminho para uma revisão das formas de financiamento da habitação, da relação entre a arquitetura, a cidade e os residentes.

O Kalkbreite

Zurique, a maior cidade da Suíça, é também uma das cidades mais caras da Europa para se viver. Apesar da sua prosperidade, dificuldades em aceder a habitação económica são frequentes mesmo entre famílias e indivíduos de classe média, e são tão antigas como as formas adotadas para as combater.

A cidade tem por isso uma longa tradição de cooperativas de moradores, criadas como redes de interdependência para responder às situações nas quais o mercado falha em proporcionar habitação de custos controlados.

É neste contexto que chegamos à Cooperativa Kalkbreite e ao edifício do mesmo nome, projetado pelo atelier suíço Mueller Sigrist e concluído em 2014. O edifício Kalkbreite, situado numa antiga zona industrial da cidade de Zurique, é um dos melhores exemplos de arquitetura coabitacional da atualidade, sendo uma referência tanto sob o ponto de vista do modelo de financiamento como sob o ponto de vista funcional. A diversidade dos seus serviços e tipologias habitacionais tornam o Kalkbreite num equipamento urbano de grande relevância que, seguindo um princípio programático assente na lógica dos usos mistos, procura uma relação orgânica tanto com a cidade como com os seus habitantes.

Lançado como concurso público pela Cooperativa em 2007, o projeto demonstra o que é possível concretizar no domínio da coabitação quando se combinam políticas urbanas favoráveis ao desenvolvimento de habitação de custos controlados, um financiamento em forma de cooperativa e um público-alvo disponível a olhar para além da habitação unifamiliar.

O Kalkbreite conta com aproximadamente 250 residentes, distribuídos por 97 apartamentos de diversos tamanhos e públicos-alvo. A estratégia seguida pela Cooperativa foi diversificar o máximo possível as tipologias de modo a conseguir um amplo leque social de membros. Na maioria dos casos, os apartamentos são disponibilizados exclusivamente para os membros da Cooperativa. Porém, dos 97 apartamentos, 15 estão reservados para o arrendamento ao preço de mercado, contribuindo assim para o orçamento da associação. Os restantes 82 apartamentos do edifício diferenciam-se pela sua percentagem de área privada por habitante.

Entre as tipologias mais convencionais encontram-se os grandes apartamentos, unidades de habitação de grandes dimensões que funcionam como casas comunais. Estes apartamentos, alguns com 17 divisões, têm quartos individuais, duplos e triplos bem como salas e cozinhas comuns. Funcionam como pequenas comunidades autossuficientes dentro do Kalkbreite e são destinados a estudantes ou jovens adultos que se encontrem dispostos a partilhar os espaços comuns de um apartamento com outras pessoas tendo, no entanto, o seu próprio quarto como dispositivo de reclusão se dele necessitarem.

Contudo, a tipologia de coabitação que tem demonstrado aqui maior sucesso é o *'cluster apartment'*. Segundo Schmid, estes surgiram nos anos de 1980, mas só na última década é que chamaram a atenção dos especialistas.³⁷ Num *cluster apartment*, a redução do espaço individual é utilizada de modo a compensar

³⁷ Schmid, *A History of Collective Living*, 232.



Figura 8: Muller Sigrist Architekten, *Genossenschaft Kalkbreite*, Zurique, 2014
Fotografias de Martin Stollenwerk e Michael Egloff. Retirado de
<https://www.archdaily.com/903384/kalkbreite-muller-sigrist-architekten>. Acedido a
8 de Setembro de 2021.

as áreas comuns onde se encontram os equipamentos essenciais da habitação: cozinhas grandes e bem equipadas, salas de estar amplas e salas de jantar onde os residentes tomam as refeições em conjunto. Esta compensação serve, por um lado, como incentivo à vida comunitária e, por outro, como forma de garantir aos seus residentes o acesso a espaços de elevada qualidade aos quais não poderiam aceder em circunstâncias normais.

Assim, um *cluster apartment* é composto por estas divisões comuns e um conjunto de quartos/apartamentos-satélite com um espaço de dormir, um espaço de estar e uma casa de banho. Dependendo da autonomia que se lhes pretende dar, estes pequenos apartamentos podem ainda ter uma kitchenette que facilite a preparação de refeições simples. Tudo isto na ótica de que quanto mais equipados forem menos os moradores serão incentivados a saírem dos seus apartamentos e a interagirem entre si nos espaços comuns.

Apesar de existirem *cluster apartments* de vários tamanhos e com filosofias próprias, os do Kalkbreite oferecem um estilo de vida relativamente flexível para aqueles que querem tirar proveito de uma comunidade de coabitação mas que preferem, simultaneamente, preservar alguma autonomia. Os espaços individuais consistem em pequenos apartamentos que variam entre os 26m² e os 45m², destinando-se sobretudo a solteiros e casais. A possibilidade de juntar populações heterogêneas no que diz respeito à idade, interesses e experiências é outro dos pontos fortes na dinâmica destes apartamentos.³⁸

Semelhantes a estes *cluster apartments* existem ainda apartamentos familiares, cujo princípio é o mesmo mas que se destinam a receber pessoas com filhos. Pressupõem por essa razão espaços privados de dimensões mais generosas e com maior grau de autonomia. Uma vez que a proximidade física proporciona momentos de interação, as vantagens destes apartamentos são particularmente evidentes para as crianças. Numa sociedade onde a monoparentalidade e os casais com filhos únicos vão ganhando cada vez mais protagonismo, este tipo de estruturas habitacionais pode ajudar a compensar algumas das suas consequências menos positivas.

No Kalkbreite, alguns destes *cluster apartments* e apartamentos familiares agregam-se ainda em torno de uma associação dentro da Cooperativa chamada *Der Grossehousehalt*. Esta associação oferece infraestruturas comunitárias aos seus membros, tais como salas de jantar, de estar e uma cozinha profissional equipada. Aqui, um cozinheiro contratado prepara jantares nos dias úteis que são oferecidos aos

³⁸Kalkbreite, último acesso a 8 de Setembro de 2021, <https://www.kalkbreite.net/en/kalkbreite/habitation-kalkbreite/clusterapartments/>.



Figura 9: *Planta do 4º Piso do Edifício Kalkbreite*, desenho de Muller Sigrist Architekten. Retirado de <https://www.archdaily.com/903384/kalkbreite-muller-sigrist-architekten>. Acedido a 8 de Setembro de 2021.



Figura 10: Muller Sigrist Architekten, *Interior de um dos apartamentos do Edifício Kalkbreite*. Fotografias de Martin Stollenwerk e Michael Egloff. Retirado de <https://www.archdaily.com/903384/kalkbreite-muller-sigrist-architekten> Acedido a 8 de Setembro de 2021.

moradores a preço reduzido, proporcionando-lhes uma refeição em grupo no final dos dias de trabalho.³⁹ A solução de um cozinheiro que confeccione refeições em grande quantidade é particularmente indicada para grandes grupos de pessoas uma vez que por razões de economia de escala e pelo profissionalismo da sua preparação, as refeições são, em teoria, acessíveis e de qualidade. O ato de tomar estas refeições em grupo, por outro lado, visa reforçar os laços sociais dos seus membros.

Finalmente, encontramos os apartamentos juvenis que se destinam a jovens entre os 16 e os 25 anos que procuram uma vida com pessoas da sua idade, ou que desejam preparar-se para uma vida mais afastada dos pais. Para além disso, o edifício conta ainda com as chamadas ‘variantes’, apartamentos sem cozinha que se destinam a um arrendamento rápido, bem como uma *guest-house*.⁴⁰

Além do programa habitacional e da sua dinâmica própria, o Kalkbreite funciona ainda como um equipamento urbano de grande amplitude e importância. Ao promover aquilo que Jane Jacobs (1916-2006) designava como a diversidade dos usos primários e secundários,⁴¹ o Kalkbreite define uma dinâmica urbana polivalente através da mistura de escritórios, equipamentos e serviços. Uma parte considerável da sua área está por isso ocupada por um cinema, um bar, um café com 300 lugares e 3 restaurantes com *take-away*, mercearias, lojas e ateliers, ginásio, sauna e salas de música.

Além dos equipamentos de apoio à habitação, tais como lavandarias, salas de *coworking* e salas multiusos, o Kalkbreite apoia a constituição de família através de vários serviços de pré-natal como salas de preparação para partos. Tem também um infantário e é também, no momento da redação deste trabalho, a sede suíça da Greenpeace.⁴²

³⁹Kalkbreite, último acesso a 8 de Setembro de 2021, <https://www.kalkbreite.net/en/kalkbreite/habitation-kalkbreite/large-household/>.

⁴⁰Kalkbreite, último acesso a 8 de Setembro de 2021, <https://www.kalkbreite.net/en/kalkbreite/rent/>.

⁴¹Jane Jacobs, *The Death and Life of Great American Cities* (New York: Vintage Books, 1961), 162.

⁴²Kalkbreite, último acesso a 8 de Setembro de 2021, <https://www.kalkbreite.net/en/kalkbreite/business-culture-kalkbreite/>.

Forma

Regionalismo Crítico: Escolha ou Fatalidade?

Falemos de Forma. Até aqui procurou-se argumentar a favor de um programa arquitetónico que promova novos modos de habitar através de uma configuração funcional excepcional. Porém, e no caso particular da coabitação, de nada nos serve refletir sobre este programa se não formos capazes de o concretizar através da sua materialização tipológica. A premissa na qual a parte II deste documento assenta é a de que na inexistência de uma tipologia que sirva de modelo a uma coabitação em Lisboa, a reflexão sobre que modelos a seguir é tão importante quanto a delimitação de um programa funcional.

Na minha opinião, a importância da coabitação sob o ponto de vista da construção da comunidade só pode ser acompanhada por uma arquitetura que reflita essa mesma identidade e que sirva de cenário ao quotidiano do coletivo. Por essa razão, é importante salientar que em programas como este - onde a interação ou a experiência arquitetónica é de particular relevância - a forma deve atuar como um fim em si mesmo e autonomizar-se como objeto de estudo.

É importante esclarecer que neste trabalho o conceito de 'forma' não está pré-determinado por uma conceção formalista, isto é, pela expressão puramente plástica da arquitetura, mas antes no seu sentido físico, espacial e material. Nas palavras de Kenneth Frampton, no seu sentido 'tectónico', vocábulo derivado do grego e utilizado para englobar todas as dimensões que fazem da arquitetura a 'arte da construção'.⁴³

Por esse motivo, a reflexão sobre a forma que tomaria em Lisboa uma tipologia tão ambígua como a coabitação levou-me a alargar os meus estudos no sentido de compreender quais os princípios que deveriam guiar essa materialização. Nessa pesquisa, foram as perspetivas do Regionalismo Crítico as que melhor explicaram a relação entre o construído e a identidade, o clima e a topografia do lugar.

As preocupações do Regionalismo Crítico, conceito introduzido por Lefavre e Tzonis e desenvolvido por Kenneth Frampton são, de certa maneira, semelhantes às preocupações económicas, ambientais e sociais enumeradas nos capítulos anteriores. Se, por definição, o 'regionalismo' em arquitetura

⁴³ Kenneth Frampton, *Studies in Tectonic Culture*, (London: The MIT Press, 1995), 3-4.

pode ser entendido como um enaltecimento das características da construção, clima e cultura locais em detrimento de outras mais universais e abstratas,⁴⁴ então algumas das problemáticas levantadas pela coabitação - como a circularidade da economia, a redução do desperdício e a criação de uma comunidade em torno do habitar - podem porventura estar intimamente relacionadas. Assim, será possível defender a ideia de que forma e função são igualmente determinantes para a concretização de um projeto de coabitação em Lisboa ou noutra localidade.

Esta ideia parece sair reforçada nas palavras de León Krier (n. 1946), um regionalista convicto, quando afirma que a cidade só se torna uma realidade quando se formam comunidades urbanas com interesses comuns e que essa comunidade se materializa, acima de tudo, pela ‘unidade do quarteirão’ e pela unidade de vizinhança.⁴⁵

O sentido material, palpável, do quarteirão e da unidade de vizinhança como aglutinadores de uma comunidade parece contrastar com a mesma noção proposta por Le Corbusier (1887-1965) nas suas ‘Unidades de Habitação’, edifícios concebidos enquanto megaestruturas autossuficientes que aspiravam, justamente, à formação de uma comunidade em torno de interesses quotidianos comuns. Assim o atestam as suas *rues intérieures* ou as suas ‘coberturas transitáveis’.

Ora, tradicionalmente as ruas não são interiores e as coberturas não são transitáveis. Na tentativa de justificar um modelo urbano que permita a construção de uma nova comunidade ancorada na tradição urbana de qualquer cidade é importante salientar a contradição dos termos utilizados por Le Corbusier e pelos seguidores do modelo preconizado pela Carta de Atenas (1933). A estas contradições Krier denominava ‘tipologias anti-glossárias’, isto é, termos que continham em si a sua própria negação.

Mais uma vez, é na diferença entre o quarteirão tradicional e o bloco modernista que observamos estas duas realidades irreconciliáveis: enquanto o quarteirão é uma unidade composta por vários edifícios, o bloco é uma unidade composta por um único edifício que aspira ao quarteirão. Tal leva-nos a rejeitar, no nosso estudo, o bloco modernista como modelo e a abraçar o quarteirão tradicional como ponto de partida para a construção de uma identidade coletiva.

Se há algo a copiar, então que sejam os modelos testados e comprovados por séculos de cidade histórica. A variedade dos tecidos por esta formadas são, ao mesmo tempo, uma fonte inesgotável de inspiração e de criatividade⁴⁶. Falamos, no caso

⁴⁴ Liane Lefavre & Alexander Tzonis, *Architecture of Regionalism in the Age of Globalization* (USA & Canada: Routledge, 2012), viii-ix.

⁴⁵ León Krier, *The Architecture of Community* (Washington, DC: Island Press, 2009), 107.

⁴⁶ León Krier, *The Architecture of Community*, 29-30.

de Lisboa, das ruas, das praças, das travessas, das escadinhas e dos pátios. Dir-se-á o mesmo sobre o desenho da arquitetura: os elementos serão as janelas, as portas, as paredes portantes e os materiais naturais tais como a pedra, o azulejo e a madeira.

Contudo, e como se verificará no próximo capítulo, a construção da identidade coletiva não pode passar por uma repetição indiscriminada dos modelos já existentes mas, antes, nas palavras de Kenneth Frampton, por uma posição de retaguarda (*arrière-garde*) no que respeita ao mito da nostalgia pela nostalgia e do progresso pelo progresso⁴⁷:

⁴⁷ Kenneth Frampton, "Towards a Critical Regionalism: Six Points for an Architecture of Resistance." in *The Anti-Aesthetic: Essays on Postmodern Culture*, by Hal Foster, 16-30. Seattle: Bay Press, 1983), 20.

Expressões do Regionalismo Crítico: a Veneza de Zucchi e de De Carlo

Na procura de uma estratégia arquitetónica de respeito pela cidade, pela sua história e pelos seus moradores, que corporize alguns dos objetivos enunciados pelo Regionalismo Crítico, chegamos a Veneza, uma cidade por mim muito conhecida devido ao meu semestre em mobilidade Erasmus. Aqui, o confronto com algumas das realidades mais duras que se vivem nos centros históricos da Europa criou no vosso autor um sentido de urgência em poder contribuir para a sua melhoria.

Excesso de turismo, perda de serviços essenciais aos moradores, cheias, museificação da cidade e preços incomportáveis no acesso à habitação, demonstravam na cidade de Veneza ser apenas um estado mais avançado do que pouco a pouco se verificava em Lisboa. A importância da cidade como caso de estudo parte por isso do princípio de que como caricatura da globalização, qualquer intervenção que se revelasse nela bem-sucedida poderia apontar o caminho a soluções semelhantes noutras cidades com os mesmos problemas.

Neste capítulo procura-se por isso demonstrar, através da obra de Giancarlo De Carlo (1919-2005) e de Cino Zucchi (n. 1955), que uma arquitetura que tem em conta a cultura local, os habitantes, a história do sítio, os materiais da região e o clima é a mais indicada – senão mesmo a única – para proporcionar conforto e sentido de pertença aos seus habitantes.

Giancarlo de Carlo e Mazzorbo

Começamos por De Carlo e pela sua intervenção na ilha de Mazzorbo, vizinha da famosa e colorida Burano. O projeto, de finais da década de 1970, consistiu num plano urbano e no desenho de um bairro de moradias unifamiliares subsidiadas pela Câmara Municipal de Veneza cujo propósito era realojar alguns dos habitantes das casas precárias construídas na década de 1930,⁴⁸ além de atrair novos habitantes através da densificação da ilha. No centro desta intervenção estava a premissa de que quem vivia na ilha não o fazia por uma questão prática (muito menos por uma questão económica), mas sim pelos laços afetivos e pelo sentido de pertença por ela oferecida. As consequências para os seus habitantes eram óbvias: 4 horas de mobilidade diária para ganharem o sustento que esta não lhes proporcionava. Segundo o arquiteto, o mesmo esforço foi empregue numa solução arquitetónica que combinasse tradição e inovação.⁴⁹

⁴⁸ Giancarlo De Carlo, *Tra Acqua e Aria* (Genova: Sagep Editrice, 1990), 24-25.

⁴⁹ De Carlo, *Tra Acqua e Aria*, 42-45.

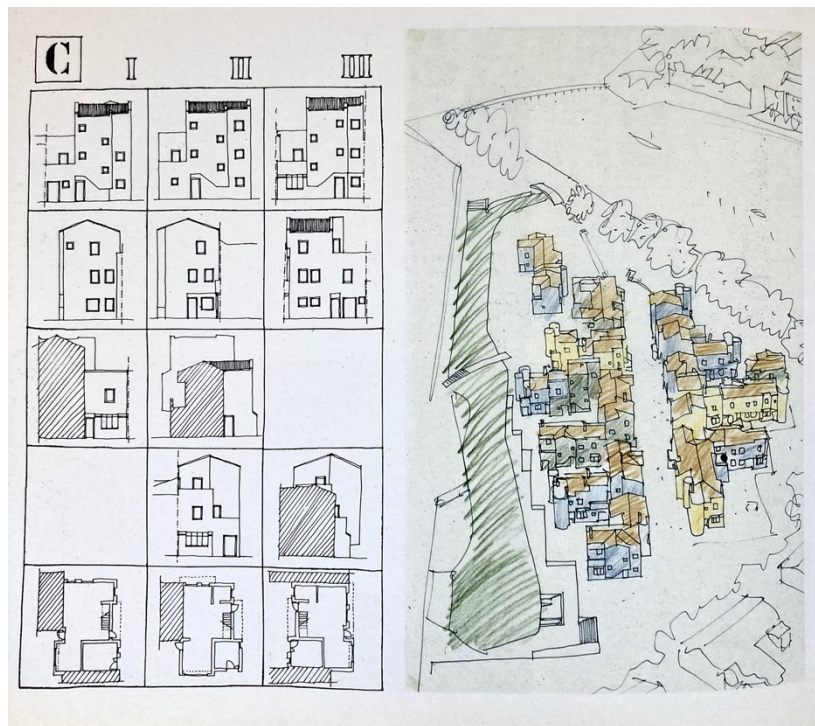


Figura 11: Giancarlo De Carlo, *Proposta de Urbanização para a Ilha de Mazzorbo*, Veneza, 1980. Retirado de *Tra Acqua e Aria*, Giancarlo De Carlo.



Figura 12: *Pespetivas da obra de De Carlo em Mazzorbo. Retirado de Tra Acqua e Aria, Giancarlo De Carlo.*

Na memória descritiva do projeto, De Carlo fez por isso questão de demonstrar a preocupação que teve ao longo do projeto com a definição – ou melhor dizendo – com a assimilação de uma ‘linguagem arquitetônica’ que lhe permitisse intervir de forma consciente.

Crítico da arquitetura pós-moderna então na moda, De Carlo sabia, como nos lembra Lefaivre e Tzonis, que esta nada se diferenciava do Movimento Modernista na medida em que ambas aspiravam a uma expressão universal alheia ao clima, aos costumes e à arquitetura do lugar.⁵⁰ Por essa razão, era necessário compilar um vocabulário que, lhe permitisse ‘falar’ o idioma local e, assim, fazer arquitetura em conformidade.⁵¹

Porém, a impossibilidade da réplica histórica, isto é, da mimetização das formas e tipologias da arquitetura popular, era algo do qual o arquiteto tinha plena consciência quando afirmava que os métodos e práticas nela utilizadas não tinham maneira de ser replicadas pela intervenção contemporânea, muito menos pelas mãos de agentes que outrora não existiam. O arquiteto é, assim, um agente externo, inapto por definição para copiar os modelos de que se serve ou, posto de uma forma mais poética, incapaz de ‘entoar o dialeto local’. De Carlo coloca esta ideia por escrito:

The best thing for someone who speaks fluently a foreign language is to speak it with his own inflexion: by doing so he respects the integrity of the language and can even strengthen it by revealing its intrinsic flexibility: its capacity of adapting to cadences that are not its own while keeping its capacity of expression.⁵²

Sendo um ‘estrangeiro arquitetônico’ na ilha, De Carlo dedicou por isso a primeira fase do projeto a estudar a arquitetura de Mazzorbo e Burano para, posteriormente, utilizar os ‘vocábulos’ resultantes desse estudo na sua intervenção. De todo esse estudo surgiu uma arquitetura curiosa, algo estranha, mas reveladora de uma enorme capacidade para interpretar o existente e criar algo novo: três tipologias de 45m², 70m² e 95m² somam 36 casas unifamiliares no centro da ilha, dispostas ao longo de uma rua principal muito semelhante à das ruas de Burano.

⁵⁰ Liane Lefaivre & Alexander Tzonis, *Architecture of Regionalism in the Age of Globalization* (USA and Canada: Routledge, 2012), viii.

⁵¹ De Carlo, *Tra Acqua e Aria*, 50-53.

⁵² De Carlo, *Tra Acqua e Aria*, 8.

Porém, ao contrário das casas de Burano (mais urbanas e de empenas confinantes), as casas de Mazzorbo assemelham-se mais a fazendas agrícolas do que propriamente a casas de pescadores. Assim, e apesar de a estratégia da urbanização de Mazzorbo seguir o tipo de traçado encontrado em Burano, as tipologias de habitação propostas invocavam indubitavelmente a matriz suburbana da ilha.⁵³

A arquitetura, apesar da tentativa de distanciamento de De Carlo, herdava algumas dos paradoxos que tanto criticava da corrente do Pós-Modernismo. Contradizia-se De Carlo (cujos paradoxos do Pós-Modernismo eram provavelmente os únicos elementos retóricos que o salvariam do pastiche) ao afirmar que a importância formal de elementos como chaminés e lareiras era mais relevante do que a sua dimensão prática. Visto que após a introdução do gás como forma de aquecimento na Lagoa de Veneza estas se esvaziaram do seu propósito original, (sendo reaproveitadas por exemplo como nichos para televisões ou armários)⁵⁴, era claro o seu sentido estético: a permanência da chaminé enquanto elemento formal revela também a sua importância simbólica, funcionando como que um *leitmotiv* que se repetia um pouco por toda Veneza e que lhe conferia a leitura de um organismo único. De Carlo procurou por isso dar-lhes um novo propósito transformando-as em elegantes caixas de escadas de acesso ao terraço.

Do levantamento resultaram também algumas conclusões sobre portas, portadas e janelas, bem como algumas soluções de pavimentos exteriores. Os materiais, desde logo, foram o elemento agregador de toda a volumetria e o elemento-chave na concretização do conceito preconizado. Tijolo, pedra da Ístria, madeira e reboco. Acima de tudo reboco, pintado de cores pastel menos contrastantes do que aquelas encontradas em Burano.

Na fase final de projeto colocou-se a hipótese de deixar que os moradores pintassem as suas próprias casas. Porém, a ideia foi abandonada por decisão consciente: uma vez que o processo de conceção da arquitetura se diferenciava dos métodos tradicionais, e que ainda não existia uma apropriação afetiva das casas por parte dos moradores, a responsabilidade de decidir as cores recaía, efetivamente, nas mãos dos arquitetos.⁵⁵

A mensagem é evidente. A priorização da forma da arquitetura e da simbologia dos vocábulos pretende restabelecer uma relação entre a prática corrente da profissão de arquiteto e o público, frequentemente insatisfeito com a atitude da mesma para com os pequenos detalhes do quotidiano ou, por vezes, surda às vozes tímidas da cultura popular.

⁵³ De Carlo, *Tra Acqua e Aria*, 26-29, 54-57.

⁵⁴ De Carlo, *Tra Acqua e Aria*, 60-61.

⁵⁵ De Carlo, *Tra Acqua e Aria*, 64-67.

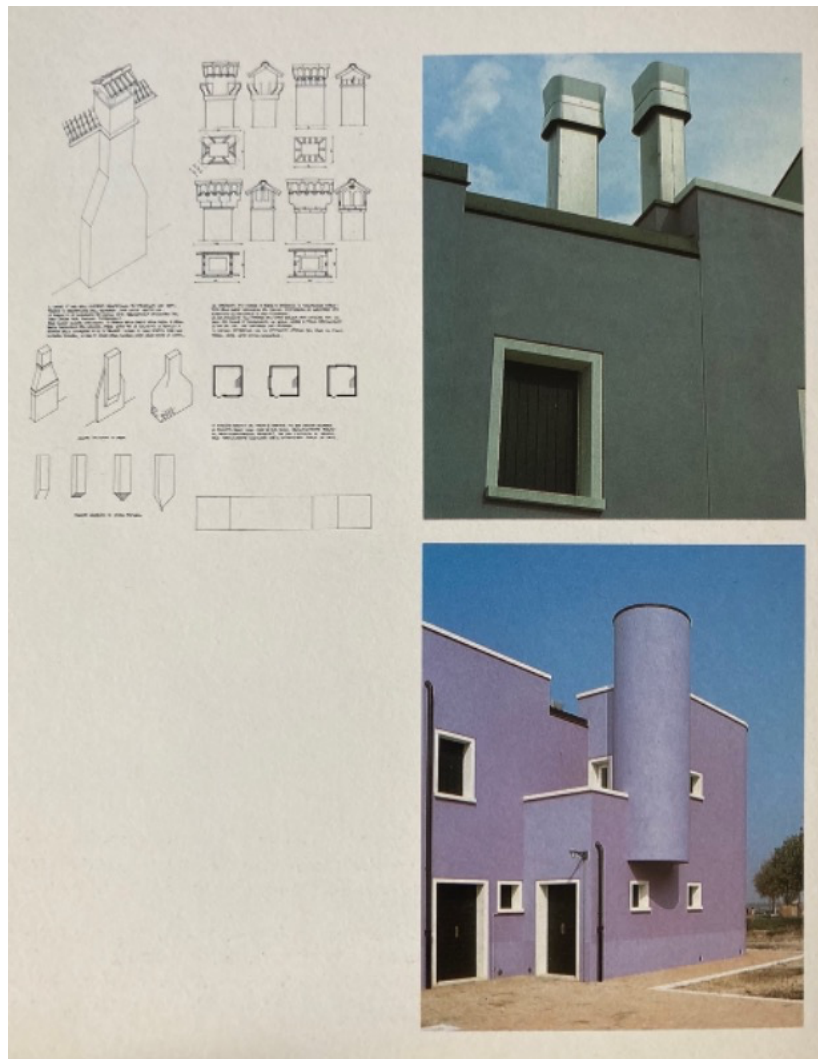


Figura 13: Detalhe das Chaminés Venezianas e da sua presença real e simbólica na proposta de De Carlo. Retirado de *Tra Acqua e Aria*, Giancarlo De Carlo.

Quem conhece a tradição arquitetônica da Lagoa de Veneza compreende por isso o esforço de De Carlo em construir uma ponte entre a tradição e a modernidade, utilizando para tal um vocabulário arquitetônico ganho através do estudo da arquitetura popular de Mazzorbo e Burano. A força criadora do arquiteto contrasta com os processos de sedimentação lenta que caracterizam a arquitetura popular, parafraseando de modo humilde os vocábulos antes reservados à tradição oral. No fim de contas serão os residentes que se encarregarão de contar as novas histórias da arquitetura contemporânea.

Cino Zucchi e a Judeca

Discípulo nos conceitos mas não na arquitetura, encontramos-nos 20 anos depois com o milanês Cino Zucchi e com a sua intervenção na antiga zona industrial Junghans na ilha veneziana da Judeca. Lançada como concurso pela Câmara Municipal de Veneza em 1996 para reabilitar a zona correspondente ao complexo fabril desativado da antiga Fábrica Junghans, a proposta surge como uma oportunidade única de sintetizar os princípios teorizados duas décadas antes, mas à luz de uma problemática ligeiramente diferente.

A estratégia começa com uma leitura do tecido urbano da ilha, que dá conta de uma heterogeneidade entre o seu tecido a norte e a sul. Tal deveu-se a um assentamento populacional nas zonas mais próximas a Veneza, ao que foram historicamente delegadas à margem sul da ilha as funções de produção industrial, cultivo de alimentos e armazenamento. Na sequência dessa leitura, procurou-se uma solução urbana que respeitasse a dualidade entre os tecidos.

Não se encontrando no centro histórico veneziano *per se* mas antes numa periferia de transição, o projeto surge como oportunidade de ‘fazer cidade’ e de lhe conferir um conjunto de novos edifícios em comunhão com o passado histórico e com a construção tradicional veneziana.

Esta vontade recriacionista, ao contrário da solução social de De Carlo, surge como resposta a uma realidade de consumo no que respeita à imagem de Veneza num momento em que se discutia o propósito da cidade nos começos da sua turistificação e exploração comercial mais agressiva. O autor procura, através da sua própria arquitetura, reinterpretar e reorientar essa imagem para soluções contemporâneas que escapem ao pastiche da nova arquitetura popular ou ao *kitsch* do Pós-Modernismo e que denotassem uma realidade que não se encontrava presa no passado. Segundo Zucchi:

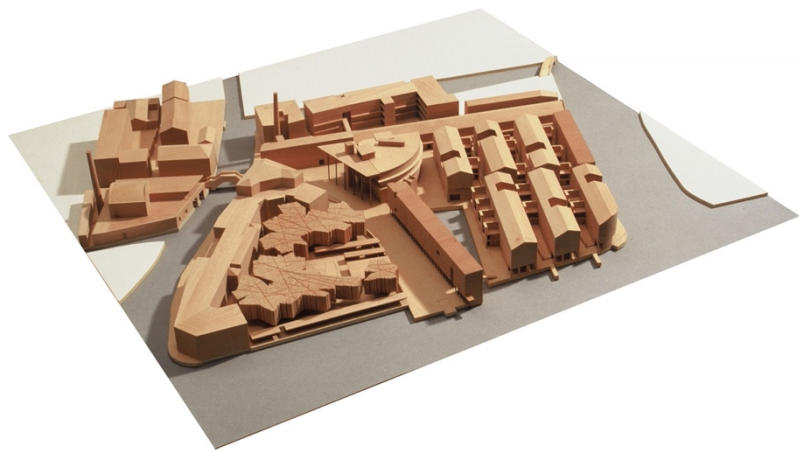


Figura 14: Cino Zucchi, *Proposta Urbana para o Campo Junghans*, Veneza, 1996-1997



Figura 15: Cino Zucchi, *Edificio D*, Veneza, 1997-2003. Retirado de <http://www.zucchiarchitetti.com/projects/residential/er006/>. Accedido a 8 de Setembro de 2021

If the complexity and the historical stratification of the city are often deformed by the pink lenses of its tourist image, the resistance to architectural Kitsch has to find sophisticated strategies, which force us to look with new eyes to the problems of modernity versus permanence.⁵⁶

Os resultados dão conta de uma sensibilidade particularmente italiana no tratamento do património. A importância da escolha dos materiais e da sua aplicação está determinada por uma visão de lugar e de conjunto, nos quais o edifício habitacional é um contributo modesto mas decisivo para o artefacto coletivo que é a cidade. Os cinco edifícios (A2-A3; B; D; E1 e G1-G2) que compõem a intervenção são intrinsecamente venezianos, reservando-se-lhes porém todo o mérito de corresponderem à inovação formal e estilística que se exige de um edifício contemporâneo.

Entre estes, há que referir a excepcionalidade dos edifícios D e E1. Em ambos se nota a preocupação com a fachada como forma última de diálogo com a cidade. É sobretudo através dela que o objecto arquitetónico se integra no seu contexto físico e material. No edifício D, Zucchi concentrou-se em formas mais modestas de composição, restringindo os materiais da fachada à pedra da Ístria e ao reboco rústico deixado por pintar contrariando assim as tendências venezianas de o revestir de vermelho ou de ocre. No edifício E1, optou por uma solução em bloco longitudinal, orientando as vistas desde o Campo Junghans em direção à Lagoa. A fachada é manifestamente mais elaborada no que diz respeito aos seus materiais uma vez que, não sendo um edifício de renda subsidiada como o D aqui se manifestou maior disponibilidade económica.

Em ambos se verifica a preocupação do arquiteto com os materiais, que considera serem essenciais para a integração do edifício no contexto urbano. O autor define a estratégia como sendo uma releitura destes elementos:

A new architecture in Venice cannot really be innocent, pure, content of its own existence: the uniqueness of the

⁵⁶ "Ex Junghans industrial area, urban renewal plan", CZA, último acesso a 8 de Setembro de 2021, <http://www.zucchiarchitetti.com/projects/urban-design/pu002/>.



Figura 16: Cino Zucchi, *Edificio E1*, Veneza, 1999-2002. Foto de Studio Orch.
Retirado de <http://www.zucchiarchitetti.com/projects/residential/er009/>. Acedido a 8 de Setembro de 2021.

city (...) requires “oblique” strategies. If the materials and the technical solutions of the building are very traditional, the details of their use reveal the impossibility of an historicist replica.⁵⁷

Assim, a ‘museificação’ da arquitetura e do centro histórico só poderá ser evitada utilizando essas mesmas estratégias oblíquas, evitando a réplica histórica e concentrando-se antes na recriação dos arquétipos já presentes na cidade. Um exemplo disso é o próprio D, em oposição ao E1. No primeiro são as tipologias vernáculas que pautam a atitude em relação à cidade, enquanto no E1 as evocações são mais nobres: portais góticos, igrejas e palácios da cidade ecoam na estereotomia da fachada oeste. Esta evocação sugere uma relação inversa entre a excepcionalidade dos materiais e a excepcionalidade da tipologia.

No edifício D, o exercício foi por isso o de fazer muito com pouco: na presença de um orçamento mais baixo, a riqueza da arquitetura expressa-se não através da excecionalidade dos seus materiais mas através da sua aplicação inventiva. É curioso verificar que com apenas dois materiais e aumentando pontualmente o tamanho das cantarias, o arquiteto consegue uma complexidade na fachada não correspondente à verdadeira simplicidade da planta. Através de um claro exercício de retórica arquitetónica, verifica-se ironicamente num edifício de renda subsidiada aquilo que antes estaria reservado a um palácio: a importância do edifício como marco urbano sugere, de facto, um exercício excepcional de composição que extrapola em muito a sua condição de simples habitação.

A utilização da arquitetura como bem de consumo é assim interrompida através da renovação dos tipos e das práticas construtivas, negando uma perspetiva estática do vernáculo e do erudito clássico, incorporando-os em novas linguagens arquitetónicas e dando um contributo efetivo à imagem da cidade de Veneza. Exercícios evocativos mais subtis podem ser encontrados por exemplo nos caixilhos em madeira ou nas portadas pintadas de verde, frequentíssimas na cidade.

A intervenção no Campo Junghans guarda por isso uma lição: uma intervenção alheia ao passado falhará na proteção do centro histórico de uma tentativa de conservação indiscriminada e da preservação de uma suposta realidade desalinhada com o que, por causa dessa mesma tentativa de preservação, está na verdade a ser exibido. Porém, evitando a queda no pastiche evita-se também a réplica degenerada do modelo e, por conseguinte, a exibição de um *wanna be* arquitetónico.

⁵⁷ “D residential building, ex Junghans área”, CZA, último acesso a 8 de Setembro de 2021, <http://www.zucchiarchitetti.com/projects/residential/er006/>.

Numa cidade turística como Veneza, vendida aos viajantes como cenário idílico de uma realidade que já não existe, este esforço pela qualidade e pela releitura da arquitetura histórica é de extrema importância. Os moradores agradecem.

Vilas Operárias de Lisboa: a Comunidade através da Arquitetura

Na procura de um modelo arquitetónico que inspire um edifício de coabitação em Lisboa – à semelhança do que se verificou em Veneza com De Carlo e Zucchi – somos levados às Vilas Operárias (Vilas) de inícios do século XX construídas um pouco por todo o centro da cidade. A escolha deste modelo não é casual e resulta da síntese dos problemas económicos, sociais e ambientais levantados nos capítulos II e III. Uma vez que são tipologias exclusivas da cidade de Lisboa, ilustram bem um modo de habitar e utilizar o espaço urbano característico.

As Vilas Operárias de Lisboa são complexos de habitação construídos na viragem do século XIX para o XX como forma de dar resposta às vagas de trabalhadores vindos do campo para trabalharem nas fábricas de Lisboa. À semelhança do que acontecera noutros países umas décadas antes, os industriais encarregaram-se de providenciar habitação para os seus trabalhadores, ainda que de modo precário, uma vez que a sua construção não acompanhou o repentino crescimento populacional da cidade. As Vilas apareceram assim como estaleiros de trabalhadores mal acomodados, com poucas condições de higiene e normalmente sobrelotados. Foram por isso alvo de muitas críticas que procuravam denunciar as más condições de habitação dos moradores e pressionar os donos das indústrias a melhorar o seu estado.

Assim, apesar da sua génese algo utilitarista e obscura, as Vilas tornaram-se com o tempo redutos da cultura popular lisboeta, com comunidades fortemente consolidadas e com um quotidiano próprio, espírito de vizinhança e folclore único. Este espírito comunitário, com todos os seus desafios e defeitos, foi inclusive captado pelo cinema nas décadas de 1940 em filmes como o *Pátio das Cantigas*, realizado por Francisco Ribeiro (1911-1984) a partir de um roteiro do famoso ator português Vasco Santana (1898-1958). O filme foi adaptado em 2015 aos dias de hoje por Leonel Vieira (n. 1969), sendo o primeiro de uma trilogia intitulada ‘Novos Clássicos’. Nesta adaptação, gravada na Vila Berta na Graça, dois homens lutam pelo coração de uma mulher que não parece estar interessada em nenhum deles. Repleto de referências populares e ironia, o filme capta bem o ambiente de alguns dos bairros típicos da cidade enquanto outros parecem sucumbir perante a pior faceta da globalização.

A importância das Vilas Operárias neste estudo reside, como tal, no papel que desempenham na consolidação de um modo de viver a cidade caracteristicamente lisboeta, veiculado por uma implantação e arquitetura que oferece um cenário atípico à vida diária. Este cenário, por outro lado, dita os modos



Figura 17: Leonel Vieira, *Um típico arraial lisboeta no filme O Pátio das Cantigas*, 2015.

em que os seus habitantes se relacionam e dessa forma as características mais subtis da comunidade que nela se desenvolve. Na presença de uma arquitetura destinada ao coabitar, a importância do conceito de comunidade torna-se, como se viu, ainda mais relevante. Por essa razão, qualquer tipologia que fomente as relações entre os seus habitantes merece a nossa atenção e análise.

Cabe-nos por isso fazer uma reflexão sobre algumas destas Vilas Operárias de modo a retirar dela conclusões sobre que forma poderia assumir um edifício de coabitação em Lisboa. Neste estudo são apresentadas várias tipologias de Vilas, dando particular destaque às ‘correntezas’, às Vilas conformando ‘pátios’ e às Vilas que configuram ‘novas zonas da cidade’.

Correntezas e Vilas Conformando Ruas

Segundo Nuno Teotónio Pereira, as denominadas correntezas são blocos de edifícios alongados de um, dois ou mesmo de três pisos que confinam com o acesso viário.⁵⁸ Em casos de correnteza única, esse acesso é feito diretamente pela rua, assumindo o edifício uma imagem urbana semelhante aos prédios da envolvente. Noutros casos (de correntezas paralelas, por exemplo) a Vila é ela própria um elemento formador de novas ruas, como no caso da Vila Berta na Graça ou na Vila Dias em Xabregas. Este espaço canal, por norma não muito largo, serve não apenas à circulação pedonal e viária como, durante os Santos Populares, para a colocação de mesas, churrascos, bandeiras e outros elementos de apoio aos arraiais. A proximidade entre as fachadas cria uma relação interessante entre os vizinhos, sendo mesmo chave para a sua cumplicidade.

Vilas Conformando Pátios

Os pátios são Vilas cuja rua de acesso ao fogo não se encontra no sistema de circulação pedonal e viário da cidade. Por outras palavras, são becos sem saída. Isto torna-os particularmente interessantes sob o ponto de vista social e arquitetónico uma vez que o carácter semiprivado dos seus espaços exteriores permite um grau de apropriação dos moradores superior a outras Vilas em maior relação com a cidade. Esta apropriação aumenta o sentido de pertença e de bem comum dos seus residentes. É nestes pátios, desligados da vida frenética da cidade, que víamos em tempos as crianças jogar à bola, as senhoras a conversar ou os idosos a desfrutar do bom tempo com uma cerveja ou um jogo de cartas.

⁵⁸ Nuno Teotónio Pereira, *Prédios e Vilas de Lisboa*, (Lisboa: Livros Horizonte, 1995), 267.



Figura 18: *Vila Rodrigues na Graça*, Lisboa. Foto do Autor

A necessidade de rentabilizar a dimensão e o número de fogos levou alguns dos arquitetos destes pátios a inovarem na concretização dos espaços exteriores ou nos elementos de acesso verticais, algo que eu próprio experimentei em momentos críticos do projeto que se irá apresentar. O útil e o agradável encontram aqui o seu lugar, nomeadamente nas galerias e escadas metálicas de acesso aos fogos. O espaço exterior é alongado, de forma semelhante ao que encontramos no espaço deixado entre duas correntezas.

Dá-se particular destaque à Vila Rodrigues na Graça e à Vila Neves na Rua Maria Pia pelo seu engenho e arte. Na primeira, um complexo sistema de galerias e escadas metálicas garante o acesso ao bloco principal, de 3 pisos. Repare-se na transição entre a escada de betão e a ponte metálica. A primeira, fazendo de pilar, encontra-se perfeitamente alinhada com o bloco de 2 pisos, mais pequeno. A ponte faz a ligação entre os dois blocos e liberta todo o piso térreo para o encontro entre os moradores. Noutro plano temos a escada, formando um sistema rico bem visível à entrada da Vila. A Vila Neves adota uma estratégia diferente, mas igualmente interessante: dois blocos paralelos conformando pátio com pendente suficiente para servirem de rampa à galeria do primeiro andar.

Tanto a Vila Neves como a Vila Rodrigues apresentam uma característica transversal à maioria das Vilas e Pátios operários da cidade: localizam-se no interior dos quarteirões e são construções mais baixas que os edifícios que delimitam com a rua. A entrada é feita por uma abertura na frente de rua ou por um túnel debaixo do edifício principal. Uma vez que a maioria das Vilas era construída pelos proprietários de fábricas ou por empreendedores imobiliários, a ocupação dos interiores dos quarteirões era uma escolha comum. Isto faz da Vila um microcosmos com um ritmo próprio, afastado da confusão da cidade, onde as relações entre os moradores obedecem a outras regras.

Na definição de um esquema para esta ocupação somos confrontados com algo que poderíamos definir como o ‘Corte Transversal Lisboaeta’: um corte por um quarteirão ladeado por edifícios de 3, 4 ou até mesmo 5 pisos de logradouro ocupado parcial ou totalmente por uma construção semiclandestina de 1 ou 2 pisos (Vila ou não). É neste perfil transversal que assenta uma forma sistemática de ocupar o solo da cidade, e que terá grande repercussão na proposta arquitetónica mais adiante.

Vilas que Configuram Novas Zonas da Cidade

Finalmente encontramos as Vilas que configuram novas realidades urbanas. São tipologias mais maduras, derivadas das duas anteriores e contruídas no primeiro quartel do século XX cujo empreendimento resulta do sucesso observado nas

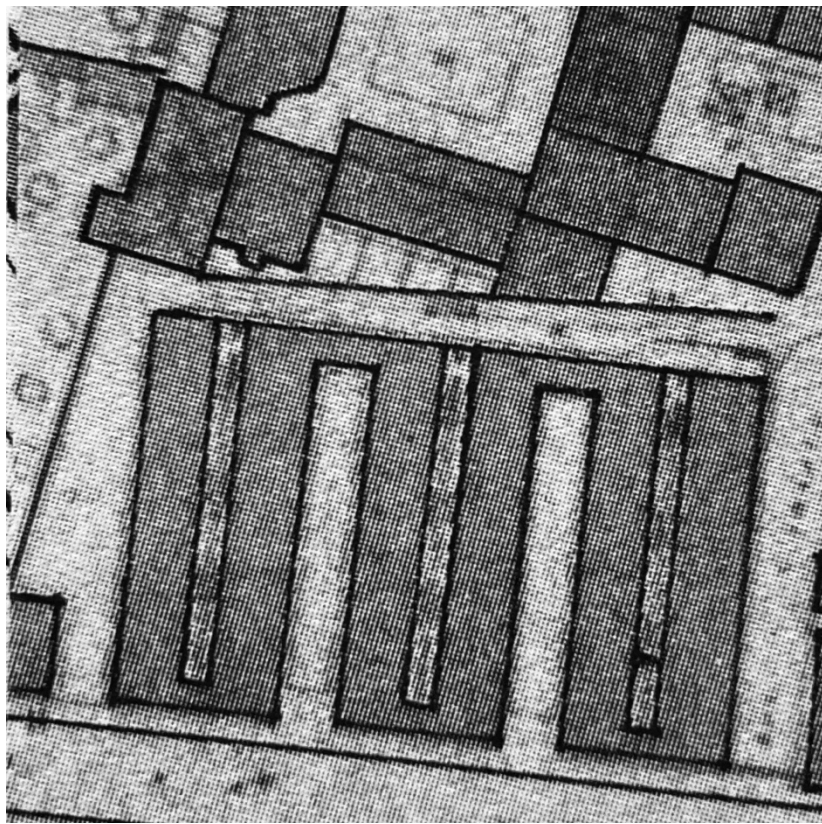


Figura 19: *Planta do Bairro Clemente em Algés, Lisboa. Retirado de Prédios e Vilas de Lisboa* de Nuno Teotónio Pereira e Irene Buarque.

primeiras Vilas: por demonstrarem um investimento seguro, são de maiores dimensões e, por isso, mais presentes nas frentes urbanas. Dá-se destaque, desde logo, ao Bairro Estrela D'Ouro na Graça, talvez a Vila Lisboaeta mais conhecida pela sua arquitetura Arte Nova e pelos detalhes em ferro forjado. À semelhança da Vila Rodrigues, um conjunto de galerias metálicas com escadas garante o acesso desde as ruelas para os apartamentos do piso superior. A riqueza decorativa do conjunto não ofusca de modo algum os seus méritos compositivos, criando um cenário intrincado de cheios e vazios que remete para os assentamentos medievais da vizinha Alfama.

De arquitetura mais comedida (racional, até), encontramos o Bairro Clemente em Algés, de implantação semelhante uma vez que apresenta também uma configuração em ziguezague. Construído na década de 1920, é possível verificar na implantação uma maturidade estilística derivada de algumas décadas de experiências com a tipologia. A hierarquia das ruas, ou becos, é estabelecida neste ziguezague através da separação maior ou menor dos blocos principais. À semelhança de outras Vilas, é nestes espaços canais onde muita da vida do bairro ocorre.

Vila Alcântara: Coabitação no Coração de Lisboa

O Lugar

Quando confrontado com a necessidade de escolher um terreno onde projetar, o autor procurou um lugar onde sentisse haver um conflito entre a tradição e a modernidade, de modo a resolver através do Regionalismo Crítico algumas das contradições criadas pela interseção entre diversos tecidos urbanos e dos modos de utilização da cidade por ele sugeridos. O local deveria ser suficientemente grande de modo a permitir a formação de novas partes da cidade mas não grande o suficiente que não permitisse posteriormente o detalhe das fachadas e de outros pormenores evocativos da arquitetura popular

Os terrenos da antiga Fábrica de Sabão Sol na Avenida 24 de Julho em Alcântara pareceram ser os mais indicados. Se a norte encontramos um tecido histórico do período pré-industrial, de traçado espontâneo e de construção em paredes portantes e lajes de madeira, a sul encontramos um tecido moderno numa zona de aterro ganho ao Tejo no século XIX.

A realidade não poderia por isso ser mais contrastante: uma grande avenida, essencial ao funcionamento da cidade, separa estes dois contextos. Um, protagonizado por um hospital de aspecto frio e à escala de uma cidade que não Lisboa; por vias de circulação rápida; por infraestruturas portuárias e por uma ferrovia que não oferece um convite à permanência. O outro, de programa habitacional; serviços; restauração e comércio, contribui para um ambiente de bairro onde predomina a interação e a escala humana.

O lugar da intervenção surge nesta interseção e remata, aliás, um espaço de Alcântara que sofre com o vácuo urbano derivado da tensão entre estas duas realidades, um problema identificado por Jacobs na sua obra seminal de 1961.⁵⁹ O projeto é assim a oportunidade de resolver esta tensão e de a transitar suavemente, utilizando as perspetivas do Regionalismo Crítico tanto como método de análise mas, também, como um fim arquitetónico em si.

⁵⁹ Jacobs, *The Death and Life of Great American Cities*, 257.



Figura 20. *Vista do Terreno com o Hospital CUF Tejo no fundo.* Foto do Autor.

Programa

Ao tentar construir em Alcântara uma comunidade habitacional através do exercício arquitetónico, foi importante a definição de um programa misto que combinasse habitação, lazer, trabalho, restauração e serviços de modo a conformar uma unidade de vizinhança coesa e que complementasse alguns dos serviços já presentes na zona. Deste modo, o projeto assegura não só a função de residência/morada mas também a de equipamento. Esta multiplicidade de funções concentradas num único edifício permite, entre outras coisas, a redução da mobilidade viária dos moradores ao essencial, poupando tempo e recursos naturais ao planeta. Acima de tudo, esta unidade de vizinhança contribui para a integração social da comunidade e para a criação de um sentido de pertença.⁶⁰

A definição deste programa partiu da leitura meticulosa do Plano Diretor do Município de Lisboa (PDM) (2020) à qual se juntaram algumas ideias e soluções utilizadas em edifícios como o Kalkbreite em Zurique. O autor procurou não ignorar os detalhes mais relevantes desse estudo neste documento uma vez que estes constituíram as suas primeiras condicionantes e, por isso, as bases para a volumetria, funções e relações entre os diferentes espaços do projecto.

Segundo o PDM de Lisboa, a zona correspondente à antiga Fábrica Sol aparece classificada como ‘Espaços a Consolidar’, subcategorizada como ‘Espaços Centrais e Residenciais – POLU’. Os espaços POLU (Polaridades Urbanas) “correspondem a áreas da cidade com elevada acessibilidade por transporte público, onde se preconiza um modelo compacto de ocupação do território e a localização de funções urbanas de maior centralidade (...)”.⁶¹ Em termos práticos, são espaços da cidade onde o Índice de Edificabilidade (IE) é superior ao habitual.

Esta classificação é relevante uma vez que, devido à centralidade do lote, o PDM sugere uma ocupação mais densa e, na interpretação do autor, um programa que se estenda mais além da simples habitação unifamiliar. Essa interpretação é corroborada, nomeadamente, pelas indicações do próprio PDM, que exige no Artigo 59º que pelo menos 30% da superfície total de pavimento seja destinada a uso diferente do predominante na operação proposta.⁶² Significa que no programa a elaborar para este projeto, a área destinada à habitação não poderia nunca ultrapassar os 70%.

⁶⁰ Léon Krier, *The Architecture of Community* (Washington: Island Press, 2009), 107.

⁶¹ Município de Lisboa, *PDM de Lisboa*, Artigo 4º - Conceitos, alínea d)

⁶² Município de Lisboa, *PDM de Lisboa*, Artigo 59º - Âmbito, objetivos e usos, Ponto 3

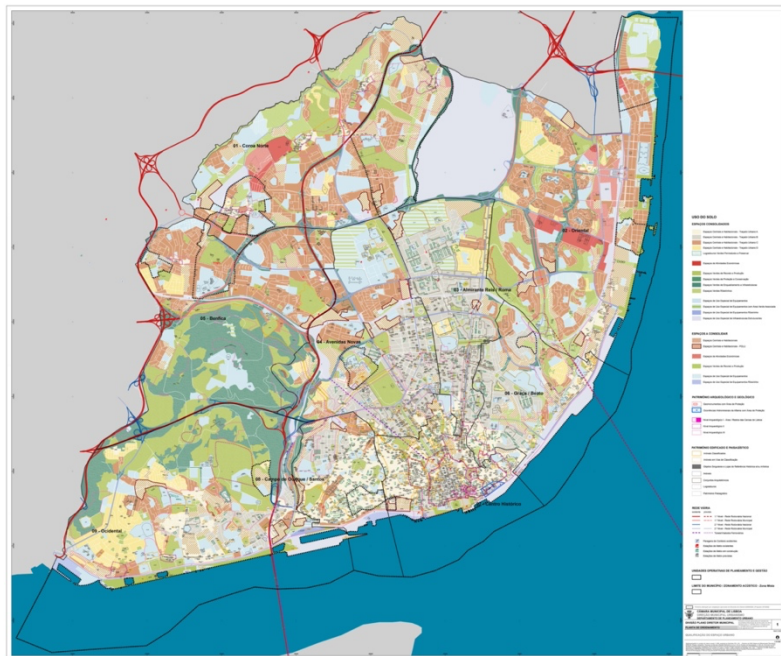


Figura 21: Município de Lisboa, *Plano Diretor Municipal, Planta de Ordenamento – Qualificação do Espaço Urbano, 2020*

O IE entra mais uma vez nas condicionantes para definir a que valor em m² correspondem as percentagens anteriormente descritas. No caso das POLU, este índice não pode ultrapassar os 170% da área total do lote.⁶³

Feitas as contas, e atendendo aos 7500m² do perímetro da intervenção, a Superfície Total de Pavimento (Área Bruta de Construção) será, portanto, de 12750 m². Destes 12750 m², 8925m² (70%) destinam-se a Habitação e 3825m² (30%) destinam-se a Comércio, Serviços, Escritórios, Restauração, entre outros. Estes valores pautaram a estratégia arquitetónica até às fases finais da proposta.

Além do IE, contribuíram para a definição da proposta outros dois parâmetros regulamentares: a Cedência de Espaço Gratuito para Domínio Municipal (CEGDM) e a Superfície Vegetal Ponderada (SVP). No primeiro parâmetro são definidas as obrigações que o promotor deve respeitar aquando da cedência de espaço para domínio municipal, neste caso destinado essencialmente a espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva. No caso das POLU, estes valores são de 30m² por cada 100m² de construção,⁶⁴ ou seja 3825m². Fica assim definida a área de utilização pública da proposta.

A SVP, que define uma área mínima de permeabilidade do lote requeria, neste caso, 40% ou mais da Área de Referência. Uma vez que grande parte da área exterior do Piso Térreo se encontrava impermeabilizada pelo parque de estacionamento (salvo pontos ocupados pelas caldeiras de algumas árvores), a solução encontrada foi a de transferir parte desta área permeável para a cobertura, adotando a solução técnica de colocar o metro de terra referido pelo PDM sobre uma laje de cobertura em madeira reforçada, de modo a suportar as cargas excecionais.

Esta superfície vegetal na cobertura trouxe inúmeras vantagens ao conceito adotado, uma vez que foi possível através dela a implantação de quase 2200m² de hortas urbanas e espaços de recreio. Estas hortas têm como propósito não só a produção de alimentos frescos e locais como oferecerem aos residentes uma atividade à qual se podem dedicar nas horas livres. Atividades de responsabilidade como estas permitem a formação de laços à volta de um objetivo comum.

Em termos ambientais, a cobertura vegetal facilita a regulação climática do interior do edifício; contribui para o microclima daquela zona de Alcântara; permite a acumulação de água para rega e descargas de sanitas e ainda a compostagem de resíduos orgânicos produzidos pelos moradores.

⁶³ Município de Lisboa, *PDM de Lisboa*, Artigo 60º - Operações Urbanísticas, Ponto 3, alínea e)

⁶⁴ Município de Lisboa, *PDM de Lisboa*, Artigo 88º - Cedências, Ponto 1

É de extrema importância ressaltar que todos os constrangimentos acima mencionados foram de grande utilidade

30282

Diário da República, 2.ª série — N.º 168 — 30 de agosto de 2012

Artigo 18.º

Subsistema da frente ribeirinha

1 — Em toda a área da frente ribeirinha, assinalada na Planta do sistema de vistas, exige-se a criação de condições para acessos pedonais à margem do rio e fruição da paisagem ribeirinha, fundamentalmente coincidentes com os vales e arruamentos que definem eixos de visão perpendiculares ao rio, exceto nas áreas de uso exclusivamente portuário.

2 — No subsistema da frente ribeirinha são aplicáveis os seguintes condicionamentos:

a) Os novos edifícios e as obras de ampliação têm que respeitar o alinhamento dos arruamentos com enfiamento visual sobre o rio;

b) Os novos edifícios e as obras de ampliação, nos arruamentos que formem um ângulo igual ou inferior a 45 graus com a margem do rio, têm que respeitar os enfiamentos visuais preexistentes a manter e não podem constituir frentes contínuas de dimensão superior a 50 m, salvo intervenções urbanísticas cujo programa não seja compatível com estas exigências, se a Câmara Municipal considerar que revestem excecional importância para a cidade, devendo, neste caso, ser promovido debate público;

c) Entre as edificações abrangidas pelo disposto na alínea anterior têm que ser garantidos afastamentos laterais contínuos, os quais devem integrar arruamentos ou percursos pedonais que assegurem o enfiamento de vistas;

d) As aberturas perpendiculares à margem do rio têm que favorecer o sistema de vistas e a fruição da paisagem ribeirinha, podendo estas ser coincidentes com os acessos pedonais e desenvolvidas através do ordenamento e equipamento dos espaços exteriores públicos.

3 — Excetuem-se do disposto no número anterior as edificações localizadas em espaços consolidados de uso especial de infraestruturas, sob jurisdição portuária, e afetas a uso portuário, com base em fundamentação técnica das suas condições de exploração.

Artigo 19.º

Sistema de retenção e infiltração de águas pluviais

1 — O sistema de retenção e infiltração de águas pluviais é formado por bacias de retenção/infiltração da água pluvial.

2 — Os elementos deste sistema relevantes para o planeamento da cidade encontram-se cartografados de forma indicativa na **Planta da estrutura ecológica municipal**, designadamente as bacias de retenção/infiltração.

3 — Este sistema tem por objetivo promover a retenção e infiltração das águas pluviais e contribuir para a diminuição da sua velocidade de escoamento, para a minimização da afluência de grandes caudais aos pontos críticos em intervalos de tempo reduzido, bem como contribuir para a diminuição da entrada de água no sistema de drenagem de águas residuais.

4 — As bacias de retenção/infiltração localizam-se nos espaços verdes de recreio e produção e podem adotar soluções técnicas que promovam o armazenamento das águas pluviais para reutilização, nomeadamente para rega, lavagem de pavimentos, alimentação de lagos e tanques.

5 — Para os logradouros em que a área não edificada, abaixo ou acima do solo, seja inferior a 50 % da área do logradouro, têm de ser previstos sistemas autónomos de infiltração e armazenagem de águas pluviais, salvo em pequenos logradouros situados em gaveto.

Artigo 20.º

Aumento da eficiência ambiental da cidade

1 — Para a concretização da estratégia ambiental, definida pela Câmara Municipal de Lisboa, devem ser adotadas práticas de planeamento territorial que promovam:

a) A sustentabilidade dos novos desenvolvimentos urbanos desde a

sua fase de conceção inicial, considerando os novos desafios da eficiência energética ambiental ao nível dos edifícios e espaço público e o aproveitamento local de recursos;

b) A eficiência energética dos edifícios, quer ao nível do novo edificado, quer ao nível da qualificação do património existente;

c) A eficiência energética nos sistemas de iluminação pública, iluminação semaforica e outras estruturas urbanas;

d) A integração de tecnologias de aproveitamento de energias renováveis

no meio urbano, em particular aplicadas em edifícios e estruturas urbanas;

e) A interação da rede elétrica com as novas fontes de produção de eletricidade;

f) A redução da procura de água potável e reutilização de águas cinzentas e pluviais para usos não potáveis;

g) A reabilitação urbana e readaptação de edificado com usos obsoletos para novas funções compatíveis com a conservação dos valores do património cultural;

h) A redução do consumo de materiais e aumento das taxas de reutilização e reciclagem de materiais;

i) Uma política de mobilidade assente em modos suaves e no transporte coletivo;

j) A minimização das deslocações urbanas, através do equilíbrio funcional dos diversos setores urbanos;

k) A adoção de novos veículos que permitam reduzir as emissões de poluentes ao nível local.

2 — Os termos de referência dos planos de urbanização e de pormenor e das unidades de execução devem estabelecer metas de desempenho ambiental a observar na sua execução.

3 — Através de regulamento municipal serão previstos mecanismos que incentivem à adoção das práticas referidas no n.º 1 nas operações urbanísticas, tendo em consideração as respetivas especificidades e escalas de atuação.

Artigo 21.º

Zonamento acústico

1 — Toda a área do território municipal é classificada como zona mista, não devendo ficar exposta a níveis sonoros de ruído ambiente exterior superiores ao definido na legislação aplicável.

2 — No âmbito do Plano Municipal de Redução de Ruído (Plano de Ação) devem ser identificadas zonas de conflito e criadas regras e estratégias para a redução do ruído.

3 — A Câmara Municipal pode delimitar espaços onde são adotados limites inferiores aos fixados para as zonas mistas, em 5 dB(A), no Plano de Ação.

Muito Importante

SUBSECÇÃO III

Áreas sujeitas a riscos naturais e antrópicos

Artigo 22.º

Vulnerabilidade a inundações e suscetibilidade ao efeito de maré direto

1 — Em áreas de muito elevada vulnerabilidade a inundações e suscetibilidade ao efeito de maré direto, em especial junto aos pontos de máxima acumulação situados em bacias de dimensão superior a 500 ha, identificadas na Planta de riscos naturais e antrópicos I, é **interditada a ocupação do subsolo**, salvo o disposto no número seguinte.

2 — Excetuem-se do disposto no número anterior a instalação de rodovias e ferrovias subterrâneas e a construção no subsolo quando se trate de equipamentos com exigências técnicas especiais, infraestruturas e para estacionamento, desde que:

a) **Seja apresentado projeto de drenagem** que inclua medidas e soluções que assegurem a eficaz drenagem da água e a salvaguarda das condições de total segurança de pessoas e bens;

Figura 22: Município de Lisboa, *Uma Página do Plano Diretor de Lisboa*, Retirado de Diário da República

na elaboração do programa do projeto. Na presença de uma tipologia relativamente ambígua como a coabitação, qualquer enquadramento técnico, teórico ou legal seria relevante sempre e quando reduzisse a quantidade de opções disponíveis.

Partindo destas áreas deu-se início à reflexão sobre o que significa um edifício de coabitação em Lisboa. Como demonstrado neste trabalho, foram realizados vários projetos desse tipo ao longo das últimas décadas na Europa. Contudo, não se observaram as circunstâncias nas quais estes decorreram (participação dos moradores, modelo de financiamento cooperativo, gestão coletiva), devido à natureza teórica e especulativa do exercício.

Era por isso necessário criar uma tipologia totalmente única, adaptada ao local e ao contexto urbano, mas pensada simultaneamente para uma comunidade ideal à qual fossem asseguradas as necessidades básicas e um conjunto de serviços úteis. Entre estes serviços constariam à partida um ginásio; um infantário; um centro comunitário e recreativo; um auditório; uma sala polivalente; uma lavandaria e um restaurante; para além de várias salas destinadas ao arrendamento ou ao *coworking* e dos espaços hortícolas já referidos na cobertura. Estes espaços fariam parte do quotidiano dos residentes.

No bairro ficaria disponível todo um piso térreo inteiramente destinado ao comércio e aos serviços, complementados ainda por um segundo restaurante, bem como espaços exteriores de fruição pública. Os limites desta fruição serão, como se verá mais adiante, um dos pontos chave do conceito do projeto.

O programa habitacional revelava, por outro lado, e desde o início, ser o mais difícil. Se a questão da tipologia no que dizia respeito aos serviços, espaços públicos e equipamentos se encontrava relativamente padronizada e não necessitava de nenhum tipo de inovação para além da sua combinação e continuidade funcional, o programa de coabitação era assaz complexo. Uma vez que o acesso a diagramas e a peças desenhadas que clarificassem o funcionamento de edifícios como o Kalkbreite ou o Old Oak eram incompletos ou mesmo inexistentes, foi necessário recorrer à literatura sobre estes últimos de modo a construir uma imagem mental do seu funcionamento e, assim, obter um *template* para a solução dos apartamentos que constariam da proposta. Como a definição de uma matriz arquitetónica que caracterizasse um modelo de habitação não convencional ditaria a organização espacial da comunidade (e por isso a sua identidade), o modelo adotado deveria ser flexível, mas claro.

Atendendo à dimensão do edifício, a solução foi a de o subdividir em partes mais pequenas que conformassem *cluster apartments*, isto é, pequenos apartamentos dentro de

apartamentos maiores. Desse modo ficaria assegurada tanto a vida comunitária, facilitada pelas instalações partilhadas (cozinhas, salas de jantar e salas de estar), bem como a autonomia das células habitacionais (através da kitchenette, casa de banho privada, quarto, espaço de trabalho e armários). A combinação destas valências – entre o privado e o comunitário – foi o grande objetivo desta pesquisa através da arquitetura.

Arquitetura

Com a elaboração do programa partiu-se então para a sua concretização formal. A definição de uma base volumétrica que fosse simultaneamente racional mas estimulante foi talvez a parte mais difícil de todo o projeto. Muito deste processo foi feito em plantas à escala 1/500 onde se procurou compreender o que tornava o tecido histórico tão rico e orgânico de modo a que a implantação surgisse como uma continuidade natural deste último. A leitura do tecido envolvente revelava imediatamente a complexidade geométrica dos quarteirões e a definição de padrões subtis que constituíam um traçado regulador. A própria configuração do lote revelava linhas em conflito que deram lugar, tal como os quarteirões envolventes, a uma implantação única e irrepetível.

À solução do perímetro exterior do quarteirão sucedeu-se uma reflexão que partia da configuração em rua da Vila Operária para dar resposta à questão de que forma assumiria um projeto de coabitação em Lisboa caso se concretizasse. Uma vez que a configuração espacial do interior do quarteirão revelaria a dinâmica da comunidade na sua totalidade, foi também aqui investido algum tempo de projeto. Os modelos eram dois: a Vila em planta e o quarteirão lisboeta em corte. Da mesma maneira que a Vila na sua materialização mais comum, o edifício assumiria uma disposição em correnteza, definindo espaços exteriores como canais onde a proximidade física entre as empenas desempenharia um papel fundamental no encontro e na convivência entre os moradores.

É nestes ‘espaços canais’, numa simbiose entre a circulação e a permanência, que se evoca o passado recente da cidade e se propõe uma forma específica de utilizar a arquitetura e de conviver. O corte transversal do edifício alude também à configuração típica do quarteirão do centro de Lisboa: um edifício alto destinado à habitação, delimitando a rua, e um conjunto de construções mais baixas nos logradouros. Estas construções, por vezes clandestinas, ganham neste projeto um propósito mais digno, assumindo a função de equipamentos essenciais ao funcionamento do todo (como restaurantes ou bibliotecas) e estimulando o encontro entre os moradores nas ruelas interiores.

Na tentativa de mimetizar a vivência gerada nos espaços canais das Vilas foi dada atenção ao programa e à acessibilidade a partir do piso térreo. Inicialmente, o acesso aos apartamentos era feito por um núcleo de escada/elevador comum que desembocava numa circulação interior de 1,60m. A entrada a estes núcleos era feita pelo perímetro exterior do quarteirão, ou seja, pela Avenida 24 de Julho. Se à primeira vista esta parecia ser a solução mais evidente, de pronto se revelou ser a menos

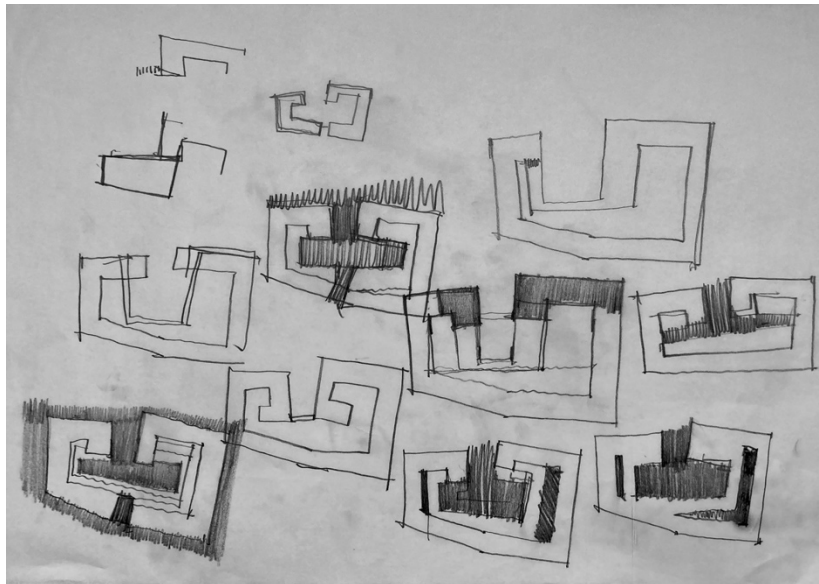


Figura 23: *Esquissos de averiguação de implantação.* Elaborado pelo Autor



Figura 24: *Imagem de processo do espaço canal da Vila Alcântara.* Elaborado pelo Autor

eficaz e a menos rica sob o ponto de vista da arquitetura, uma vez que a entrada pela Avenida 24 de Julho diminuía a intensidade de utilização das ruelas interiores. Além disso, a circulação feita por dentro do edifício dividia a empena em duas partes e fragmentava os apartamentos, conferindo menos liberdade à experimentação tipológica.

No reconhecimento destas circunstâncias, recorri mais uma vez à Vila Operária em busca de respostas que pudessem resolver a questão da tipologia neste caso. Muitas Vilas ocupam geralmente o interior do quarteirão e têm a sua entrada feita mediante aberturas nos pisos térreos dos edifícios que confinam com a circulação viária. Significa, portanto, que o acesso à habitação é feito pelo interior do quarteirão e não por fora, como num esquerdo-direito típico. O estudo de algumas Vilas de Lisboa, tais como a Vila Neves, o Bairro Estrela d'Ouro, a Vila Berta ou, ainda, a Vila Rodrigues, revelou que, além deste acesso a partir do interior, a entrada da habitação propriamente dita era feita através de galerias em metal ou em betão ligadas ao piso térreo por escadas metálicas de grande engenho e valor formal. Estas vias de circulação resultam bem na cidade de Lisboa (ao contrário dos exemplos de circulação encontrados nos casos de estudo suíços) atendendo ao bom clima que se faz sentir na capital portuguesa durante grande parte do ano.

Os acessos foram assim totalmente repensados: a circulação passou a ser exterior, composta por diversas galerias e escadas em caracol metálicas. Estas galerias de 1,62m, suportadas pela fachada e por pilares, projetavam-se para além da linha de pilares mais 40cm de modo a que os moradores se pudessem ali encontrar sem perturbar a circulação. Nos pisos 2 e 3, bem como na cobertura, estas galerias fragmentam-se para dar lugar a terraços generosos.

O programa do piso térreo está mais uma vez dedicado a promover o intimismo do quarteirão. Foi tido em mente ao longo de todo o processo que, quanto maior fosse a capacidade de apropriação dos espaços exteriores pelos residentes (e apenas pelos residentes), mais reforçado sairia o espírito de vizinhança. Era por isso necessário minimizar as 'interferências da cidade'. Para tal, ladeou-se todo o perímetro interior com espaços de *coworking*, a lavandaria, o centro comunitário e o bar, separando-os fisicamente do comércio no exterior com recurso a uma faixa de arrumos e instalações sanitárias. Deste modo, reserva-se todo o interior do quarteirão aos moradores e aos utilizadores daqueles espaços. Apesar de devido às exigências camarárias estes serem tecnicamente ainda espaços públicos, a utilização prevista está pensada para favorecer quem lá habitam.

Utilizando uma estratégia semelhante, criaram-se dois restaurantes que partilham a mesma cozinha. Um, confinante com a Avenida 24 de Julho e claramente destinado a servir o



Figura 25: *Vista aérea do conjunto habitacional da Vila Alcântara. Elaborado pelo Autor*

Hospital CUF Tejo, e outro no interior do quarteirão, cujo propósito é o de servir a comunidade. Em alguns edifícios de coabitação, como o Sargfabrik em Viena, estes restaurantes oferecem descontos aos residentes ou mesmo até a refeição completa, pelo facto de serem geridos cooperativamente e funcionarem através da economia de escala.

Uma vez clarificada a forma de acesso, foi possível introduzir alterações significativas à tipologia de coabitação. A escassez de diagramas que elucidassem o autor sobre o funcionamento dos casos de estudo não lhe permitiu uma análise detalhada das plantas e do modo de vida por elas sugerido, exigindo por isso à sua imaginação a interpretação arquitetónica das descrições. Por esse motivo, a definição arquitetónica do programa coabitacional é inteiramente da sua autoria e não se baseia em nenhum modelo existente, sendo totalmente único na sua categoria.

A este ponto há que sublinhar, novamente, o carácter abstrato e especulativo do exercício. A coabitação é uma tipologia sensível onde pequenos pormenores podem ditar o seu sucesso ou insucesso. Assim, é impossível comprovar inteiramente a eficácia do modelo concebido, devendo-se guardar para futuras análises o seu funcionamento.

O projecto é composto por 7 *cluster apartments* que, dependendo do seu tamanho, compreendem entre 8 a 16 apartamentos individuais. Estes pequenos apartamentos partem de um módulo de 4,24m x 8,48m e contêm átrio, um quarto duplo com armário para roupa, uma casa de banho, uma kitchenette (bancada, mini-bar, armário, microondas, lava-loiça e chaleira elétrica) bem como uma pequena sala com sofá-cama, estante e arrumos. Em alguns casos, estes módulos (contruídos em CLT em fábrica) podem até ser empilhados e convertidos em duplexes para famílias com filhos. Os *cluster apartments* têm duas torres de um ou dois pisos de módulos empilhados em ‘forma de turbina’, deixando no centro uma caixa de escadas. No piso comum, isto é, no piso de entrada, o espaço deixado entre as duas torres é reservado a uma sala de jantar com lanternim e pé direito duplo onde é possível tomar refeições em conjunto.

A matriz simétrica do apartamento é reforçada pela escada em caracol no eixo da sala de jantar mas quebrada pela assimetria da planta. No embasamento de uma das torres encontram-se uma das escadas, o elevador de acesso ao *cluster* e mais dois apartamentos para pessoas com mobilidade condicionada. No outro, encontra-se a outra caixa de escadas e uma sala de estar comum equipada com mobília e equipamentos eletrónicos. A cozinha encontra-se também alinhada com o eixo da sala de jantar junto à fachada exterior. O lixo, por seu lado, é depositado nos contentores através de condutas verticais. Alguns

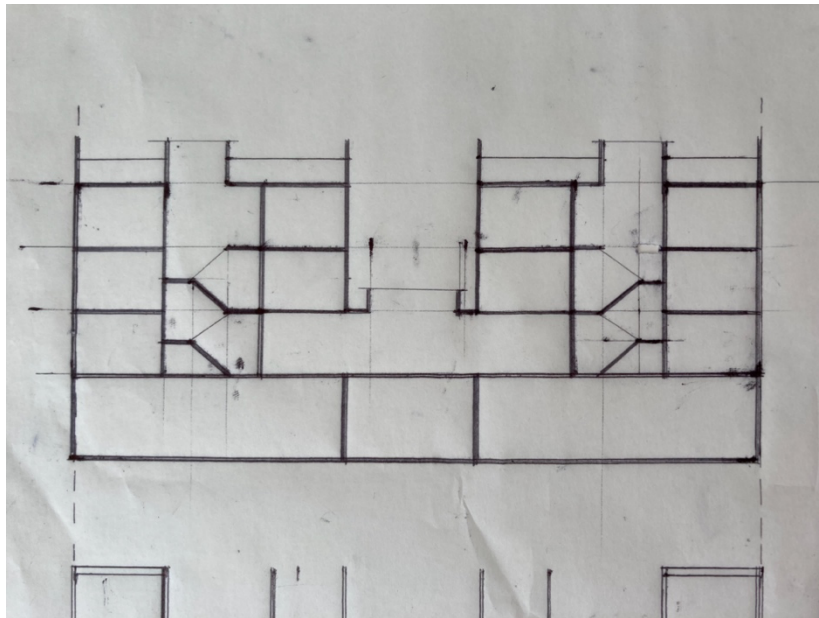


Figura 26: *Corte longitudinal por um dos cluster apartments da Vila Alcântara.*
Elaborado pelo Autor



Figura 27: *Perspetiva da sala de jantar comum.* Elaborado pelo autor.

resíduos orgânicos são transportados até às hortas na cobertura onde passam pelo processo de compostagem.

Para além do funcionamento do projeto convém referir algumas questões estilísticas. Como se viu, na tentativa de cruzar a tradição com a modernidade foi levado a cabo um exercício de reinvenção tipológico assente na premissa de que a coabitação é suficientemente amorfa para permitir a modelação dos rituais e do funcionamento da comunidade através da arquitetura. Por esse motivo, recorreu-se à filosofia do Regionalismo Crítico para fazer, justamente, uma leitura crítica da Vila Operária.

Contudo, a uma posição regionalista de procura pelo local lisboeta soma-se uma contradição que deriva da contaminação estilística do projeto por influência de outros arquitetos como Álvaro Siza (n. 1933), Mies Van Der Rohe (1886-1969) e Peter Zumthor (n. 1943), e ainda de uma procura através da perspetiva, do enquadramento e da simetria que se encontram, a título de exemplo, em obras da autoria de Palladio (1508-1580) e no barroco romano de Bernini (1598-1680), respetivamente no Teatro Olímpico em Vicenza, o Palácio Spada em Roma.

Uma vez mais tal deve-se, como afirmava Zucchi, à impossibilidade da réplica histórica: o arquiteto assume-se por defeito como produtor de cultura universal mesmo quando inspirado pelas formas da arquitetura vernácula.

Materialidade

Segundo Frampton, não há arquitetura sem materialidade, uma vez que esta resulta da combinação entre local, função e construção.⁶⁵ Ignorando os casos em que a arquitetura assume uma função simbólica e utópica, a importância da construção é essencial na formação de uma narrativa que transforme o projeto em realidade.

Para ilustrar essa narrativa foram utilizados durante este processo avançadas ferramentas de BIM para simular digitalmente a construção de um edifício e softwares de renderização em tempo real para representar aquilo que seria a sua materialização. Pretendeu-se que a materialidade estivesse ancorada numa reinterpretação da arquitetura histórica lisboeta de modo a retratar, tal como fizeram De Carlo e Zucchi, um espaço característico da cidade.

O processo de escolha foi complexo uma vez que, apesar de o catálogo de materiais presentes na cidade não ser tão extenso quanto isso, a sua combinação era resultava algo difícil. A primeira ideia foi a de revestir as fachadas de pedra lioz através de um sistema de fachada ventilada. Tal solução de pronto se revelou ser impraticável pelos custos que comportaria, pelo que se optou por um material mais económico mas igualmente característico da cidade de Lisboa: o azulejo. O azulejo, de herança árabe, é um material que pela sua utilização sistemática tem na nossa cidade um papel de aglutinador, facilitando ao mesmo tempo a distinção entre os vários edifícios.

Contudo, a cor do azulejo revelou ser ela também uma escolha difícil. Durante a fase de prova testou-se o verde, o azul, o rosa e até mesmo o amarelo, concluindo-se porém que entre tantas escolhas de hierarquia cromática equivalente o melhor era não escolher nenhuma e optar antes por uma solução neutra de azulejo cru vidrado, de tom esbranquiçado ou mesmo bege. Esta solução, de carácter algo brutalista, vem na tradição portuguesa de respeito pelos materiais locais e de baixo custo, tais como o betão ou o reboco, o último imagem de marca da arquitetura portuguesa contemporânea. A separação entre os pisos foi feita com uma faixa estreita de lioz que marca a laje e que, juntamente com o soco de pedra do embasamento, geometriza os elementos construtivos do edifício.

Nos vãos, após um processo de decisão onde foram contempladas as cantarias, estas foram postas de parte de modo a evidenciar melhor as aberturas na fachada, fazendo-se o remate também em azulejo. Para proteção contra o sol, foram utilizados estores de aço galvanizado que conferem ao lugar um ambiente

⁶⁵ Frampton, Kenneth, *Studies in Tectonic Culture: The Poetics of Construction in Nineteenth and Twentieth Century Architecture*, (London: MIT Press, 1995), 2.

de continuidade com outras partes da cidade onde estes elementos também se encontram presentes.

Na sequência do estudo das Vilas Operárias foi também dada atenção ao desenho das galerias metálicas, às guarnições e às escadas em caracol, todas elas alusivas quer às estruturas do Bairro Estrela D'Ouro quer às pontes da Vila Rodrigues. As galerias foram assim pensadas como uma estrutura de perfis IPE ortogonais, também em aço galvanizado, suportadas por colunas redondas pintadas de branco e acabadas em betão escovado. As guardas são muito simples, com uma separação máxima de 10cm (como exigido pela lei) e são, à semelhança das colunas, também pintadas de branco.

Já nos interiores, isentos de alguns dos constrangimentos histórico-formalísticos autoimpostos, tomei a liberdade de experimentar com alguns materiais, texturas e padrões bem como para desenhar algum mobiliário e iluminação. A sala de jantar comum revelou ser o local ideal: a decoração toma partido da clarabóia feita entre as empenas das duas torres, que contribui para o desafio espacial da sala.

As paredes são forradas em azulejo num padrão em xadrez azul e branco até cerca de 1,85m de altura, sendo depois completadas por um acabamento em tinta de cor também azulada. O chão segue o mesmo motivo mas com um azulejo de maior dimensão e de acabamento anti-derrapante para proteção dos residentes, sobretudo das crianças e idosos. Pensou-se neste caso na continuidade entre o chão, paredes e teto. Se o motivo é o padrão axedrezado então faria falta um remate a toda a volta que limitasse o movimento das peças que, por analogia, são as pessoas durante a refeição. Mais uma vez foi a neutralidade do branco que prevaleceu, sendo que na escolha da parede do fundo e do teto se deu continuidade a esta cor.

Como elemento contrastante escolheu-se a madeira, tanto no mobiliário como na marcação da laje da clarabóia. Tal devia-se à necessidade de introduzir um elemento orgânico entre tantos materiais de aspecto frio. O mobiliário é simples mas também ele motivo de atenção: decidiu-se utilizar a mesma madeira da cobertura no tampo da mesa e no assento dos bancos. Além disso, os suportes dos bancos e da mesa são feitos do mesmo material e têm até uma configuração semelhante, facilitando a fabricação em massa de elementos de mobiliário. A mesa, de grandes dimensões, tem um recorte a meio que a divide funcionalmente em dois e que a aligeira visualmente.

Finalmente, a iluminação foi pensada de modo a favorecer o intimismo do espaço, rejeitando as soluções algo óbvias de iluminar a partir da cobertura (o que sob o ponto de vista da iluminação não seria tão interessante) ou mesmo de iluminar diretamente a mesa (o que colocaria demasiado ênfase na função da sala como local exclusivo de refeição). Por essa

razão, situam-se numa posição de compromisso nas paredes da sala, entre o teto e a última fileira de azulejos brancos.

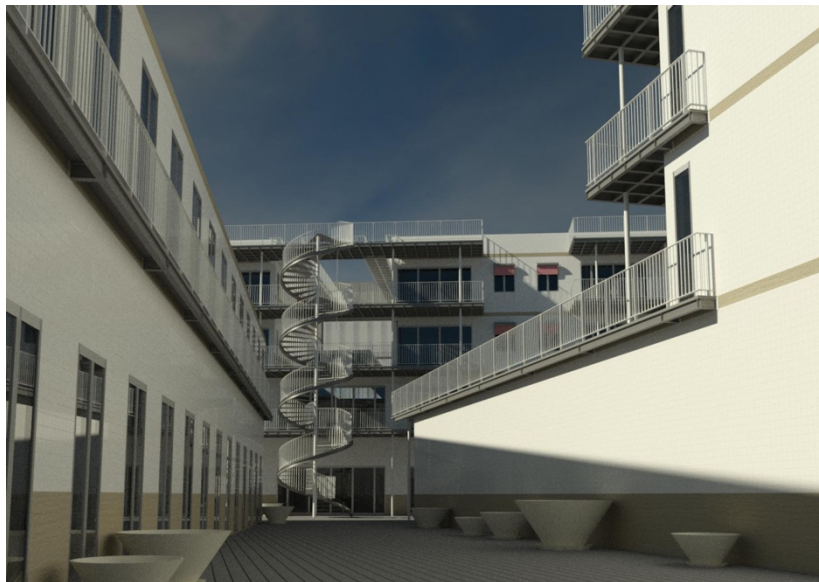


Figura 28: *Perspetiva da entrada da Vila Alcântara.* Elaborado pelo Autor

Considerações Finais

Neste trabalho tive a oportunidade de abordar dois temas pelos quais tem particular atração: por um lado, a questão da coabitação como modo de vida e, por outro, o Regionalismo Crítico como teoria de projeto. Tive ainda a sorte de fazer aquilo de que gosta utilizando ambas questões como pontos de partida: arquitetura.

Se no fim de contas a pesquisa científica é a construção de uma tese com recurso a argumentos, é porém curioso verificar que a pesquisa através da arquitetura abre portas a uma dinâmica e poderosa relação entre a teoria e a prática. Concluído o trabalho, o projeto é o melhor argumento face a todas as questões levantadas durante a construção do problema de pesquisa e, em parte, o melhor parâmetro de avaliação do seu sucesso.

O grande objetivo deste trabalho foi, assim, suportar a ideia de que tanto a forma como a função da arquitetura são imprescindíveis na construção de uma comunidade em torno do ato de habitar. Para tal, recorreu-se a uma argumentação que, analisando tanto a coabitação como o Regionalismo Crítico de forma abstrata, pretende comprovar que a questão da comunidade não pode ser analisada exclusivamente sob um ponto de vista funcional (como no caso do Kalkbreite) nem exclusivamente sob um ponto de vista formal, (tal como acontece com os exemplos de De Carlo e de Zucchi). No exemplo suíço estão estabelecidas as linhas tipológicas para edifícios semelhantes, mas a arquitetura obedece a padrões formais estranhos à cidade de Zurique. Nos exemplos venezianos, ancorados na tradição arquitetónica dessa cidade, não houve uma reflexão sobre se a construção de uma identidade local não passaria também pela rejeição da tipologia do apartamento unifamiliar.

Dado que a argumentação realizada nos capítulos I e II estaria incompleta ou resultaria inadequada caso não houvesse um exemplo em III (de preferência elaborado pelo autor) que demonstrasse a validade desses argumentos, dedicou-se o último capítulo à hipótese de um projeto de coabitação em Lisboa que, inspirado nas Vilas Operárias dessa cidade, se apresentasse simultaneamente como argumento e resultado da pesquisa feita nos últimos meses. O objetivo era evidente: não só promover um sentido comunitário entre os residentes mas também promover um sentido de pertença característico, próprio da nossa cidade e que, rejeitando o *kitsch* e o folclore forçado, assumisse uma

postura crítica em relação à exploração comercial da imagem de Lisboa e do seu património sociocultural.

É através de galerias metálicas, espaços canais, pequenos pátios, uma sala de jantar comum, apartamentos mínimos, em suma, de todo um conjunto de dispositivos arquitetónicos que se dá lugar à interação, à partilha e ao sentido de pertença. Estes últimos, por razões evidentes, são a base de qualquer comunidade.

Contudo, não se deve nunca esquecer o caráter teórico deste trabalho: a minha perspetiva sobre a forma da arquitetura, a implantação no lugar e os materiais têm, devido à minha formação em arquitetura, um grau de desenvolvimento muito superior às minhas ideias sobre o habitar partilhado. A questão da coabitação é um tema de enorme complexidade que não pode ser inteiramente simulado ‘em vácuo’; é impossível, como afirmou Karel Teige.⁶⁶ Antes pelo contrário, e como se confirmou com a elaboração deste trabalho, o tema é de tal forma rico que qualquer proposta aqui apresentada não pode ser mais do que uma humilde introdução a um tema que, porventura, irá acompanhar-nos por muitos anos.

⁶⁶ Karel Teige, *Towards New Forms of Dwelling*. (Cambridge: MIT Press, 2002), 324.

Bibliografia

- Frampton, Kenneth. 1995. *Studies in Tectonic Culture: The Poetics of Construction in Nineteenth and Twentieth Century Architecture*. London: The MIT Press.
- Frampton, Kenneth. 1983. "Towards a Critical Regionalism: Six Points for an Architecture of Resistance." In *The Anti-Aesthetic: Essays on Postmodern Culture*, by Hal Foster, 16-30. Seattle: Bay Press.
- Jacobs, Jane. 1961. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Vintage Books.
- Krier, Léon. 2009. *The Architecture of Community*. Washington, DC: Island Press.
- Lefavre, Liane, e Alexander Tzonis. 2012. *Architecture of Regionalism in the Age of Globalization: Peaks and Valleys in the Flat World*. New York: Routledge.
- Mumford, Lewis. 2018. *Técnica e Civilização*. Lisboa: Antígona.
- Schmid, Susanne. 2019. *A History of Collective Living*. Basileia: Birkhauser.
- Teige, Karel. 2002. *Towards New Forms of Dwelling*. Cambridge: The MIT Press.
- Teotónio Pereira, Nuno, Buarque, Irene. 1995. *Prédios e Vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Anexo

